Relatório & Contas 2012

Cabo Verde



1. Principais Indicadores 4
A. Síntese dos Indicadores Financeiros 4
B. Análise Gráfica dos Principais Indicadores 6
2. Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva 8
3. Principais Referências 10
A. Órgãos Sociais 10
B. Direcção e Rede Comercial 12
C. Accionistas 12
D. Marcos de Actividade 13
4. BAI Cabo Verde no Sistema Financeiro 14
5. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro 16
A. Contexto Internacional 16
B. Contexto Cabo-verdiano 17
6. Síntese da Actividade Bancária 19
7. Banca Electrónica 25
8. Gestão de Riscos Financeiros 28
A. Risco de Crédito 28
B. Risco Operacional 29
C. Risco de Capital 29
D. Risco de Mercado 30
E. Risco de Taxa de Juro 30
F. Risco Cambial 30
G. Risco Liquidez 31
9. Recursos Humanos 32
10. Responsabilidade Social 35
11. Análise Financeira 38
A. Elementos do Balanço 38
B. Elementos da Demonstração de Resultados 42
C. Indicadores 46
12. Aprovação do Conselho de Administração 48
13. Demonstrações Financeiras 49
A. Balanço 49
B. Demonstração de Resultados 50
C. Demonstração de Rendimento Integral 51
D. Demonstração de Alterações no Capital Próprio 52

E. Demonstração dos Fluxos de Caixa 53
14. Proposta de Aplicação e Distribuição de Resultados 54
15. Notas às Demonstrações Financeiras 55
16. Parecer do Auditor Externo 99
17. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 101

1. Principais Indicadores

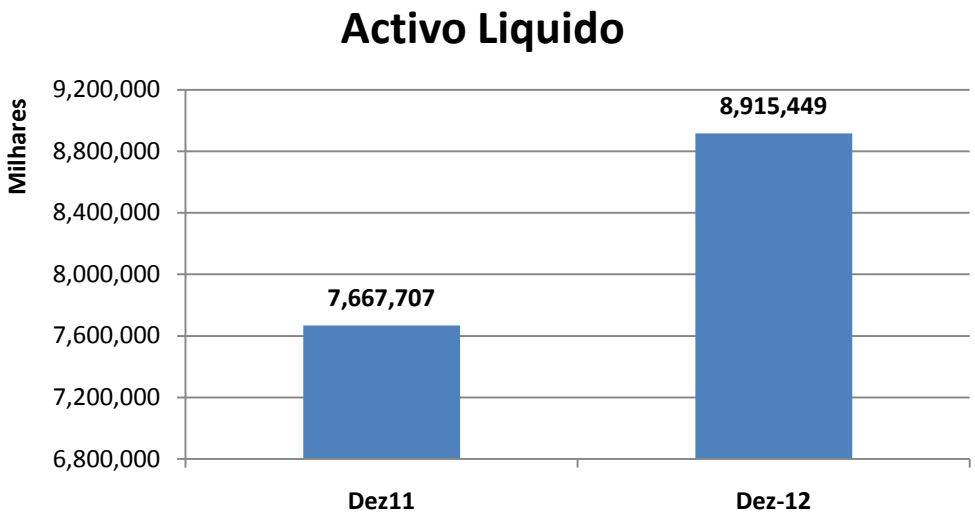
A. Síntese dos Indicadores Financeiros

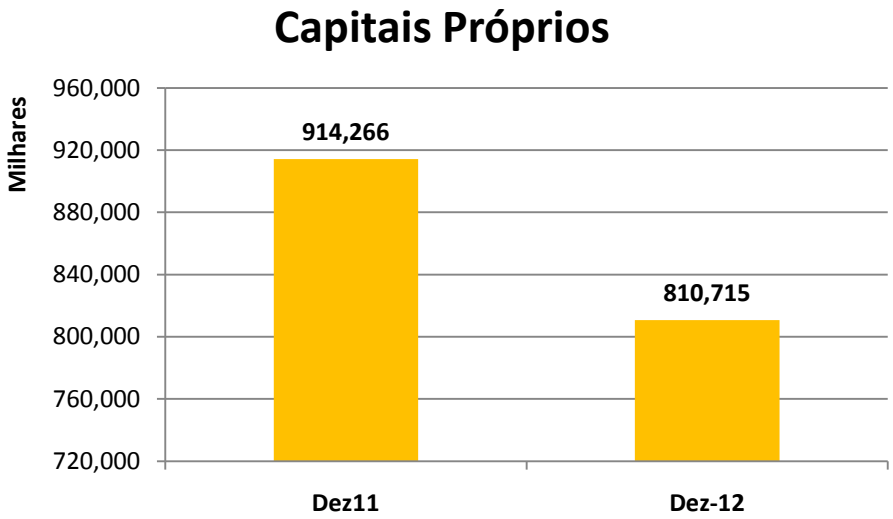
Expresso ECV

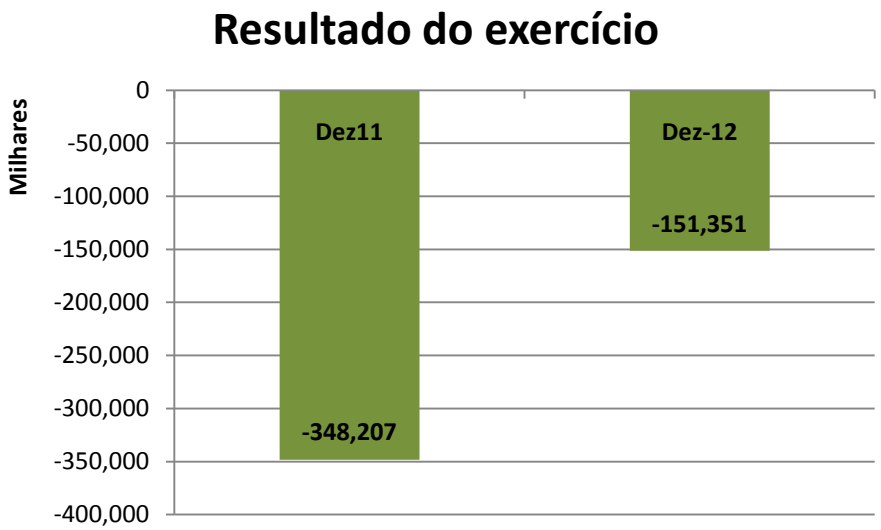
	2012	2011	Variação	
			Abs.	%
Balanço Patrimonial e Extra-patrimonial				
Activo Líquido	8 915 449 343	7 667 707 269	1,247,742,074	16.3%
Créditos s/clientes(líquidos)	3 866 989 958	3 325 051 218	541,938,740	16.3%
Crédito vincendo	3 554 150 151	3 101 770 386	452,379,765	14.6%
Crédito e juros vencidos	439 573 349	309 646 856	129,926,493	42.0%
Imparidade	(129,719,492)	(86,366,024)	-43,353,468	50.2%
Garantias e avales prestados	253 450 693	138 742 533	114,708,161	82.7%
Créditos documentários abertos	43 702 012	47 799 878	-4,097,866	-8.6%
Créditos total	4 161 156 714	3 511 593 628	649,563,085	18.5%
Depósitos	2 415 428 993	2 010 945 616	404,483,378	20.1%
Recursos de OIF	4 581 223 253	3 629 150 096	952,073,157	26.2%
Passivos Subordinados	1 000 168 807	999,706,779	462,028	0.0%
Capitais próprios	810 715 002	914 265 542	-103,550,540	-11.3%
Actividade				
Margem financeira	303,795,757	182,986,622	120,809,135	66.0%
Margem complementar	57,733,370	5,998,273	51,735,097	862.5%
Produto Bancário líquido	361,529,126	188,984,895	172,544,232	91.3%
Custos de Estrutura	444,484,778	463,900,674	-19,415,896	-4.2%
Cash Flow	-2,186,688	-185,771,237	183,584,550	-98.8%
Resultado antes de impostos (RAI)	-125,267,841	-309,281,803	184,013,963	-59.5%
Imposto Diferido Activo (IDA)	-26,082,699	-38,925,189	12,842,490	-33.0%
Resultados Líquidos do Exercício	-151,350,540	-348,206,992	196,856,453	-56.5%
Acções				
Nº de acções	2,000,000	2,000,000	0	0.0%
Funcionamento				
Número Balcões	5	5	0	0.0%
Número de clientes	7,514	5,523	1,991	36.0%
Produtividade/Eficiência				
Cost to income ratio	122.9%	245.5%	-122.5%	-49.9%
Número de clientes por empregado	101.54	86	15	17.7%
Activo Líquido / Número de empregados	120,479,045.17	119,807,926	671,119	0.6%
Custos de Estrutura / Activo Líquido	5.0%	6.1%	-1.1%	-17.6%
Rentabilidade				
Lucro líquido por acção (EPS)	-75.7	-174.1	98.4	-0.6
Taxa de Transformação 1 (Crédito/Depósitos)	160.1%	165.3%	-5%	-3%
Taxa de Transformação 2 (Crédito/(Depósitos+Recursos OIF+Passivo Subordinado))	48.4%	50.1%	-2%	-3%
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROAE)	-17.5%	-39.9%	22%	-56%
Resultado antes de impostos / Capitais próprios médios	-14.5%	-35.4%	21%	-59%
Margem financeira / Capitais próprios médios	35.2%	21.0%	14%	68%

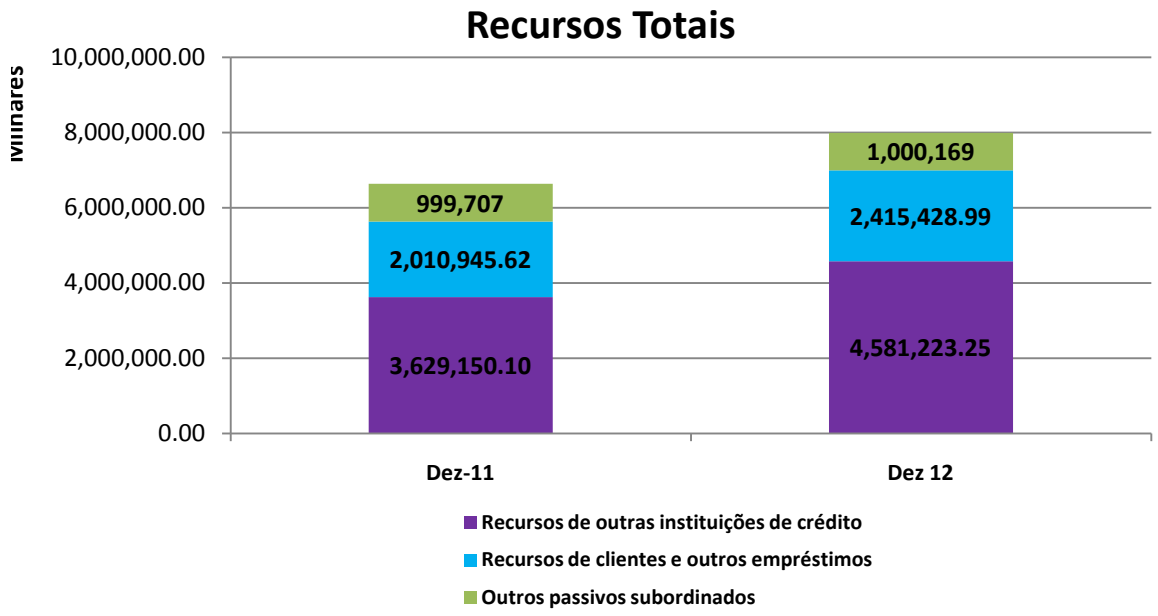
Margem complementar / Capitais próprios médios	6.7%	0.7%	6%	875%
Custos de Estrutura / Capitais próprios médios	51.5%	53.1%	-2%	-3%
Produto bancário / Capitais próprios médios	41.9%	21.6%	20%	94%
Rendibilidade do activo médio (ROAA)	-1.8%	-5.3%	3%	-66%
Resultado antes de impostos / Activo líquido médio	-1.5%	-4.7%	3%	-68%
Margem financeira / activo líquido médio	3.7%	2.8%	1%	32%
Margem complementar / activo líquido médio	0.7%	0.1%	1%	662%
Custos de Estrutura / Activo Líquido médio	5.4%	7.1%	-2%	-24%
Produto bancário / activo líquido médio	4.4%	2.9%	1%	52%
Gestão de Fundos				
Depósito Total / Activo	27.1%	26.2%	0.9%	3.3%
Total Crédito / Total Depósitos (Incluí Crédito por assinatura)	172.3%	174.6%	-2.3%	-1.3%
Concentração Depósitos = 20 > Depositantes / Total de Depósitos	51.3%	44.2%	7.1%	16.1%
Qualidade dos Activos				
Crédito vencido / Crédito Total	11%	9.1%	1.9%	21.3%
Crédito vencido / Activo Total	4.9%	4.0%	0.9%	22.1%
Imparidade / Total Crédito	3.2%	2.5%	0.7%	28.3%
Imparidade / Crédito Vencido	29.5%	27.9%	1.6%	5.8%
Total Crédito / Total Activo	43.4%	43.4%	0.0%	0.0%
Crédito Clientes/Depósito a Prazo	388.4%	385.2%	3.3%	0.8%
Crédito Curto Prazo/Depósito a Prazo	53.5%	124.7%	-71.2%	-57.1%
Crédito M/L Prazo/Depósito a Prazo	334.8%	260.5%	74.4%	28.6%
Crédito Curto Prazo/Crédito Clientes	13.8%	32.4%	-18.6%	-57.4%
Depósito a Ordem/Depósito Total	56.5%	54.1%	2.5%	4.5%
Depósito a Prazo/Depósito Total	43.5%	45.9%	-2.5%	-5.3%
Adequação do capital				
Imobilizações / Fundos próprios regulamentares	55.8%	68.5%	-12.7%	-18.5%
Solvabilidade Bruta (Cap. Próprios/Activo)	9.1%	11.9%	-2.8%	-23.7%
Endividamento (Passivo/Cap. Proprios)	999.7%	738.7%	261.0%	35.3%
Fundos próprios de base / Activo Ponderado pelo Risco	12.8%	15.9%	-3.1%	-19.4%
Fundos próprios regulamentares / Activo ponderado pelo risco	10.7%	11.2%	-0.4%	-4.0%
Total Passivo / Fundos próprios regulamentares	1268.9%	1050.2%	218.7%	20.8%
Fundos próprios de base / Total Activo	8.6%	11.9%	-3.3%	-28.0%
(Crédito Vencido - Provisões) / Fundos próprios regulamentares	48.5%	34.7%	13.8%	39.7%
Prudenciais				
Fundos Próprios Regulamentares	638,718,107	643,077,090	-4,358,983	-0.7%
Solvabilidade (BCV)**	10.7%	11.2%	-0.5%	-4.4%
Cobertura Imobilizado	177.7%	145.2%	32.5%	22.4%
Titulos Divida Pública	87.6%	6.3%	81.3%	1289.0%

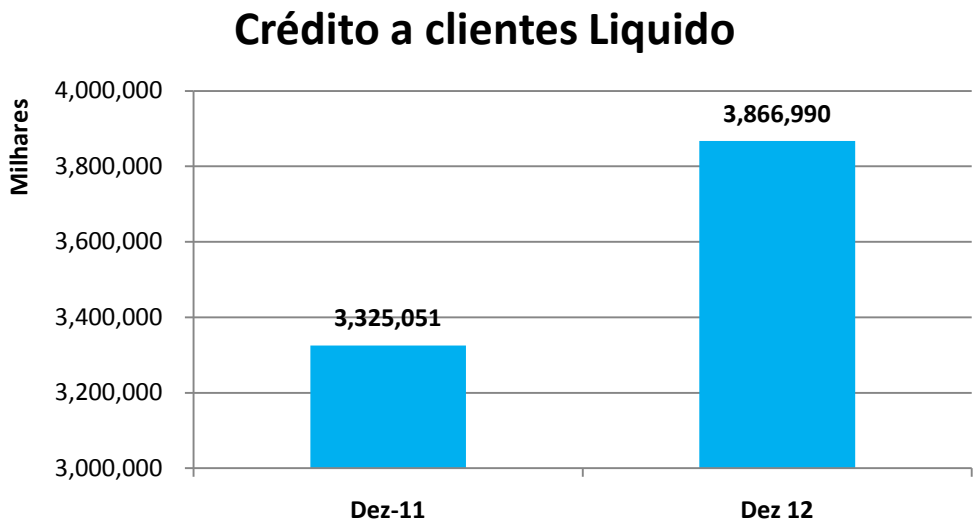
B. Análise Gráfica dos Principais Indicadores








Recursos Totais
Milhares
10,000,000.00
8,000,000.00
6,000,000.00
4,000,000.00
2,000,000.00
0.00
999,707
2,010,945.62
3,629,150.10
1,000,169
2,415,428.99
4,581,223.25
Dez-11
Dez 12
Recursos de outras instituições de crédito
Recursos de clientes e outros empréstimos
Outros passivos subordinados


Crédito a clientes Liquido
Milhares
4,000,000
3,800,000
3,600,000
3,400,000
3,200,000
3,000,000
3,325,051
3,866,990
Dez-11
Dez 12

2. Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

O BAICV completou quatro anos no final de 2012, desde a sua constituição em Novembro de 2008. A entrada em Cabo Verde respondeu a um imperativo do BAI Angola SA reforçar a sua presença em África, desta vez na praça financeira de Cabo Verde, caracterizada por um mercado de escala reduzida e retorno lento, e regulamentada por políticas e regras contabilísticas e prudenciais seguindo as normas internacionais aplicadas em mercados mais maduros.

Este conselho de administração completa dois anos de mandato desde a sua tomada de posse na assembleia-geral estatutária de finais de Maio de 2011, a qual iniciou o segundo ciclo de gestão desde a constituição do banco em finais de 2008, com a entrada em funções de um novo conselho de administração e a sua respectiva comissão executiva.

A 31 de Dezembro de 2012 o BAICV atingiu um balanço patrimonial medido pelo seu activo líquido da ordem de 8.915,4 milhões de ECV, tendo registado um acréscimo de 16,3% em relação ao período homólogo de 2011. As carteiras de depósitos de clientes e de crédito líquido a clientes cresceram no período em 20,1% e 16,3%, respectivamente, atingindo os montantes de 2.415,4 milhões de ECV e 3.866,9 milhões de ECV, respectivamente. Os recursos alheios atingiram no período em análise o patamar de 4.581,2 milhões de ECV, cifrando-se o seu crescimento na ordem de 26,2%.

Na prossecução da correcção do desequilíbrio das suas contas, o Banco reduziu o prejuízo do exercício para 151,4 mil contos contra 348,2 mil contos em 2011, por força de um melhor desempenho tanto da margem financeira como da margem complementar, do lado dos proveitos, e dos gastos administrativos, do lado dos custos, ao mesmo tempo que reforçou de forma adequada as provisões por imparidades do crédito e da carteira de aplicações em títulos corporativos, e ajustou os benefícios fiscais do IDA da forma mais prudente.

Os indicadores de desempenho evoluíram favoravelmente tendo o rácio de eficiência se situado em 122,9%, significativamente melhor que a marca anterior de 245,5%, por força da redução da componente custos de exploração; o rácio de transformação registou 160,1%, melhorando a marca anterior de 165,3%. Segundo os indicadores de qualidade dos activos do banco, foram registados rácios de incumprimento do crédito de 11% contra 9,1% em 2011, manifestando um ligeiro agravamento no período, e a imparidade do crédito melhorou ao passar para 3,2%, contra 2,5% em 2011. Por último, a solvabilidade ficou em 10,7%, ligeiramente acima do mínimo regulamentar de 10%.

A evolução dos indicadores do BAICV em 2012 acabou por ser afectada pelo ambiente de sub-desempenho dos indicadores económicos e macroeconómicos do país que se reflectiram na contenção da liquidez e do crédito à economia, na redução dos depósitos e no agravamento do serviço da dívida dos empréstimos nos balanços dos bancos.

Apesar dessa conjuntura, e tendo mantido constante a sua rede de 5 balcões, dos quais 3 na cidade da Praia, 1 no Mindelo, e 1 em Espargos, o BAICV registou um crescimento no número de clientes atingindo o patamar de 7.514 em 2012 acima de 5.523 em 2011.

Esta trajectória de crescimento da actividade comercial alicerçada pela correcção dos desequilíbrios financeiros por via da contenção e racionalização dos gastos de funcionamento, nomeadamente das

principais rubricas de fornecimentos e serviços de terceiros, fica expressa pelo desempenho positivo do rácio de eficiência em 2012.

O ano de 2013 foi iniciado num ambiente local de perspectivas menos favoráveis ao desenvolvimento do negócio bancário, mas mesmo assim direccionado ao equilíbrio financeiro do banco, num contexto interno de reforço da contenção e redução de custos, desenvolvimento dos processos operacionais e dos sistemas de controlo interno, cujos objectivos e metas estão alinhados com o plano estratégico e o orçamento 2013-2015.

Pelo fecho deste exercício, queremos agradecer a colaboração das entidades de supervisão, o sentido de oportunidade de clientes e parceiros, a persistência esclarecida dos accionistas, o empenho e dedicação dos colaboradores, e expressar o compromisso da administração do BAICV de contribuir para o reforço do sector financeiro de Cabo Verde.

A terminar, reafirmamos a intenção de continuar com as acções visando melhorar significativamente o rácio de eficiência operacional e dar continuidade à tendência de melhoria dos resultados líquidos do Banco.

Cidade da Praia, 19 de Abril de 2013

3. Principais Referências

A. Órgãos Sociais

Mesa Assembleia Geral

Silvino Manuel da Luz

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Alexandre Augusto Borges Morgado

Secretário

Conselho de Administração

Luís Filipe Rodrigues Lélis

Presidente do Conselho de Administração

Victor Manuel de Faria Cardoso

Administrador

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves *(a partir de Junho de 2011)*

Administrador

Jorge Manuel da Silva e Almeida *(a partir de Junho de 2011)*

Administrador

Carla Monteiro do Rosário *(a partir de Janeiro de 2011)*

Administradora

Comissão Executiva

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves *(a partir de Junho de 2011)*

Presidente

Jorge Manuel da Silva e Almeida *(a partir de Junho de 2011)*

Administrador Executivo

Carla Monteiro do Rosário *(a partir de Janeiro de 2011)*

Administradora Executiva

Conselho Fiscal

Luis Manuel Neves

Fiscal Único (até Maio de 2011)

Vogal (a partir de Junho de 2011)

António Avelino Ramos Oliveira

Presidente do Conselho Fiscal (a partir de Junho de 2011)

Margarida de Carvalho (a partir de Junho de 2011)

Vogal

Amadeu de Oliveira (a partir de Junho de 2011)

Vogal Suplente

Elsa Maria Gaspar Fernandes (a partir de Junho de 2011)

Vogal Suplente

Auditor externo

Deloitte & Associados, SROC, S.A

B. Direcção e Rede Comercial

Direcção Financeira e Contabilidade – DFC	Hercules Cruz Director
Direcção de Organização e Sistemas de Informação – DOS	David Almada Director
Direcção de Operações – DOP	Areolino Carvalho Director
Direcção Comercial – DCM	Amilton Fernandes Director
Direcção Administrativa – DAD	Ricardo Maximiano Director
Gabinete de Auditoria Interna – GAI	Olga Barbosa Directora
Gabinete de Marketing e Comunicação – GMC	Margarida Mascarenhas Directora
Gabinete Planeamento, Controlo e Risco – GPR	Olga Barbosa Directora
Gabinete Jurídico – GJU	António Monteiro Director
REDE COMERCIAL	
Agência da Praia (Sede)	Bernardino Fernandes Gerente
Agência do Plateau – Ilha de Santiago – Cidade da Praia	Hulda Amado Gerente
Agência da Achada Santo António – Ilha de Santiago – Cidade da Praia	Rei Igo Baptista Gerente
Agência do Espargos – Ilha do Sal	Eneida Teixeira Gerente
Agência do Mindelo – Ilha de S. Vicente	Izanete Luz Gerente

C. Accionistas

Accionista	Parte no capital	Participação	Nº Acções
BAI SA	73.39%	1,467,800,000	1,467,800
SONANGOL CABO VERDE	19.0%	380,000,000	380,000
SOGEI SA	7.61%	152,200,000	152,200
TOTAL	**100.0%**	**2,000,000,000**	**2,000,000**

D. Marcos de Actividade

31/05/2012

- ✓ Assinatura de Protocolos com Hospital Agostinho Neto e Hospital Baptista de Sousa

01/06/2012

- ✓ Assinatura de Protocolo com Hospital de Espargos/Sal

30/07/2012

- ✓ Lançamento do produto Poupanet

31/07/2012

- ✓ Assinatura de Protocolo com Federação Cabo-verdiana de Andebol

13/09/2012

- ✓ Assinatura de Protocolo com a FICASE

24/09/2012

- ✓ Lançamento do produto BAI Poupança Mágica

27/09/2012

- ✓ Lançamento da página BAICV no Facebook

12/10/2012

- ✓ Comunicação ao mercado da mudança de nome do Banco

9/10/2012

- ✓ BAI Mobile App na Apple Store

14/11/2012 A 18/11/2012

- ✓ Participação na Feira Internacional de Cabo Verde (16ª edição)

21/11/2012 A 18/11/2012

- ✓ 4º Aniversario do Banco

10/12/2012

- ✓ Lançamento BAI Emigrante 360

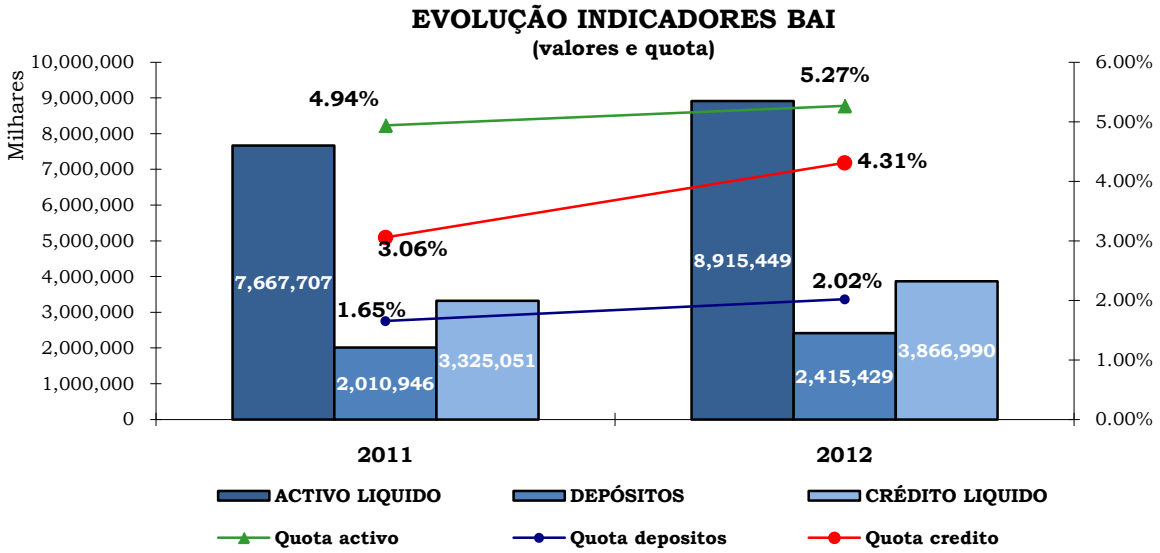
12/12/2012

- ✓ Lançamento dos produtos Poupança BAI 360, BAI Gold 2 anos, BAI Gold 3 anos e BAI Premium

4. BAI Cabo Verde no Sistema Financeiro

Em 2012, o BAICV registou um crescimento significativo da sua actividade, colocando à disposição dos clientes um conjunto de soluções e opções de pagamento eficientes.

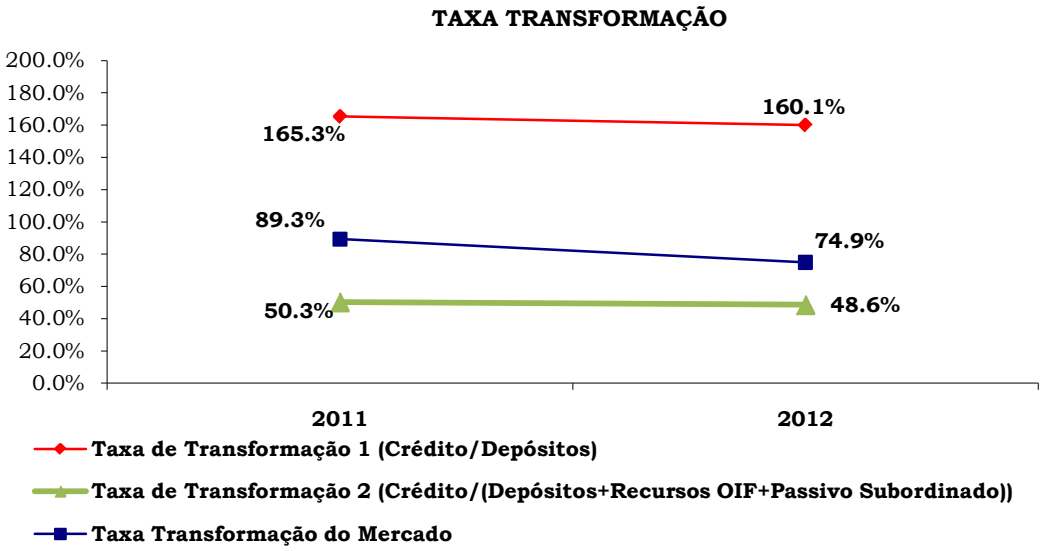
Comparada ao ano de 2011, em 2012 o Crédito Total e os Depósitos representam 4,31% e 2,02% do total do Sistema Financeiro (dados de Novembro de 2012[1]) contra 3,06% e 1,65% em 2011, respectivamente.



Em 2012, verificou-se uma evolução considerável tanto na carteira de crédito como nos depósitos de clientes, que acrescido dos Recursos de Outras Instituições Financeiras e do Empréstimo Obrigacionista, o BAICV apresenta uma taxa de transformação de 48,6% (contra 50,3% em 2011).

Considerando somente os Depósitos de Clientes, a taxa de transformação em 2012 seria de 160,1%, contra os 165,3% de 2011, enquanto a do mercado (de acordo com dados Novembro de 2012) foi de 74,9%.

[1] Fonte: Banco de Cabo Verde – Agregados Bancários


TAXA TRANSFORMAÇÃO
200.0%
180.0%
160.0%
140.0%
120.0%
100.0%
80.0%
60.0%
40.0%
20.0%
0.0%
165.3%
160.1%
89.3%
74.9%
50.3%
48.6%
2011
2012
Taxa de Transformação 1 (Crédito/Depósitos)
Taxa de Transformação 2 (Crédito/(Depósitos+Recursos OIF+Passivo Subordinado))
Taxa Transformação do Mercado

5. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro

A actividade económica mundial manteve a fraca dinâmica de crescimento apresentada no ano transacto, não obstante a modesta recuperação da produção industrial e do comércio internacional apresentada no último trimestre de 2012.

A Zona Euro permaneceu em recessão, provocando o aumento contínuo da taxa de desemprego, enquanto o desempenho positivo dos E.U.A e da China no quarto trimestre do ano impulsionou ligeiramente a economia mundial, potenciada pelo crescimento ocorrido na produção industrial, nas despesas das famílias e nos investimentos residenciais.

A. Contexto Internacional

A economia mundial apresentou uma fraca performance de crescimento no segundo trimestre do ano devido à desaceleração do sector dos serviços e da contracção do sector industrial. Relativamente à produção industrial, registou uma redução de 0,6%, reflectindo tanto o fraco crescimento de novas encomendas, como também o enfraquecimento do comércio internacional.

A performance da Zona Euro permaneceu fraca até meados de Junho de 2012, reflectindo o estado da confiança dos agentes, como também a débil estabilidade financeira das economias dos Estados membros.

O segundo trimestre ficou ainda caracterizado pela desaceleração da economia dos EUA, em função do abrandamento da actividade industrial e de serviços.

De acordo com os indicadores do mercado de trabalho do segundo trimestre da JP Morgan All Industry Index, houve um ligeiro aumento do emprego, principalmente nos EUA, Alemanha, Reino Unido, Índia, Brasil e Rússia, no entanto, aquém da dinâmica do primeiro trimestre. Apesar do aumento do emprego verificado na economia Alemã, a taxa de desemprego da Zona Euro aumentou 0,1 ponto percentual entre Abril e Maio, atingindo os 11,1%.

Quanto às economias emergentes e em desenvolvimento, houve uma desaceleração do ritmo de crescimento económico no segundo trimestre do ano, em resultado de políticas restritivas destinadas à estabilização da inflação, da deterioração do balanço dos bancos, como também da redução da procura externa.

Num contexto de fraco crescimento da actividade económica global até o segundo trimestre do ano, as pressões inflacionistas diminuíram, fazendo com que o preço das matérias-primas caísse pela primeira vez desde Julho de 2009. Nesse período, o preço do barril de brent diminuiu cerca de 12%, em termos mensais, em Junho, e 24% relativamente aos máximos de Março.

O quarto trimestre de 2012 animou ligeiramente as expectativas mundiais, devido às melhorias registadas nas economias dos EUA e da China, porém, mais uma vez a Zona Euro permaneceu em recessão, não obstante a ligeira desaceleração da tendência de declínio da actividade económica, devido ao desempenho menos desfavorável da economia Alemã.

As estatísticas referentes ao mercado de trabalho do quarto trimestre evidenciaram uma redução da taxa de desemprego dos EUA para 7,7% em Novembro, no entanto, os dados da Zona Euro referentes ao mês de Outubro indicavam um aumento contínuo do desemprego, atingido o 11,7%.

O contínuo declínio da actividade económica da Zona Euro infligiu graves consequências ao mercado de trabalho, culminando no aumento vertiginoso da taxa de desemprego da região, em especial, dos países acolhedores da emigração Cabo-verdiana, especificamente o caso de Portugal, onde se registou um crescimento mais acelerado na taxa de desemprego, passando de 12,7% em Agosto de 2011 para 15,9% no mês de Agosto de 2012.

As pressões inflacionistas apresentaram uma tendência descendente no mês de Novembro, muito por culpa da redução ocorrida nos preços de bens energéticos, fazendo com que a taxa de inflação homóloga da Zona Euro do mês reduzisse 0,3 pontos percentuais para 2,2%, enquanto nos EUA, a descida da inflação homóloga foi de 0,4 pontos percentuais para 1,8%.

B. Contexto Cabo-verdiano

De acordo com os indicadores de conjuntura da procura interna, a economia nacional apresentou uma dinâmica marcadamente declinante, não obstante à ligeira recuperação do investimento. O indicador agregado da procura interna registou uma variação negativa de 8,4% no trimestre terminado em Setembro, mantendo a evolução declinante registada desde o início do segundo trimestre.

O segundo trimestre ficou caracterizado pela fraca performance do indicador do consumo, apresentado desde o final do primeiro trimestre, diminuindo 11,4% no trimestre terminado em Junho (expurgando os efeitos da sazonalidade). Este comportamento derivou essencialmente da redução das importações de bens de consumo não duradouros em 10,4%, como também das importações de bens de consumo duradouros, em 17,8%.

Quanto à formação bruta de capital fixo (investimento), houve uma redução generalizada do nível de investimento interno, devido não só à redução das importações de materiais de construção e de bens de equipamento, bem como da desaceleração das importações de material de transporte.

Relativamente ao índice de preços, manteve-se a tendência de desaceleração dos preços do consumidor, fixando-se nos 3,2% em Junho (inflação média anual), valor inferior ao registado no mês anterior em 0,3 pontos percentuais. Em Novembro, a inflação média anual permaneceu nos 2,5%, depois de oito meses de contínua redução.

As contas externas registaram uma melhoria no segundo trimestre, essencialmente devido à queda das importações e aumento das receitas brutas de turismo e dos passivos externos dos bancos comerciais. As importações de mercadorias caíram cerca de 5% em valor no trimestre terminado em Novembro, mantendo a tendência decrescente apresentada desde o primeiro trimestre.

O sector do turismo registou um óptimo crescimento ao longo do ano, explicado essencialmente pelo aumento da procura e pela evolução dos preços praticados pelos hotéis, restaurantes e cafés.

Quanto às exportações de mercadorias, caíram cerca de 30% em Novembro, enquanto em Outubro e Setembro diminuíram 28% e 18% respectivamente, especialmente devido à queda das exportações de pescado e de vestuário, em consequência da retracção da procura dos maiores mercados, nomeadamente da Espanha, Itália, Países Baixos e Portugal.

As remessas de emigrantes mantiveram a tendência de desaceleração registadas nos primeiros trimestres. A redução das transferências de Portugal e o forte enfraquecimento das transferências provenientes dos Países Baixos, foram os principais factores responsáveis pela evolução pouco favorável.

No que concerne ao Défice Orçamental, registou-se um défice de cerca de 7,6% do PIB em Agosto de 2012, representando um agravamento de 2,8 pontos percentuais relativamente ao período homólogo. Os atrasos nos desembolsos da ajuda orçamental, associada à redução das receitas do IVA (8%), foram as principais razões da redução das receitas do Estado.

Quanto à situação monetária do país, o ritmo de crescimento do crédito à economia abrandou de 11% para 1% em termos homólogos em Novembro, fruto da aplicação de critérios mais restritivos na aprovação das propostas submetidas aos bancos.

Relativamente à procura de moeda para transacções, observou-se uma tendência marcadamente descendente, fazendo com que em Setembro (em termos homólogos), o agregado M12 decrescesse 6,6%, em função da redução da moeda em circulação (-4,6%) e dos depósitos à ordem (-7%).

[2] O agregado (massa monetária) M1 é o dinheiro que pode ser usado como meio de pagamento em qualquer altura, por exemplo, dinheiro em circulação e depósitos bancários à ordem (ou depósitos à vista).

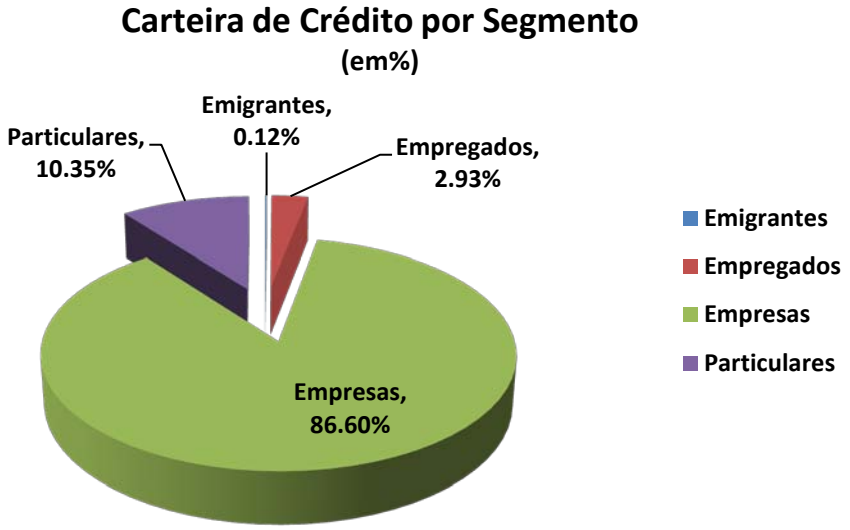
6. Síntese da Actividade Bancária

Carteira de Crédito

A Carteira de Crédito do Banco atingiu em 2012 os 3.993,1 Milhões de escudos[3], face aos 3.406,5 Milhões de escudos do ano transacto, representando um crescimento anual em torno dos 586,6 Milhões de escudos, derivado do aumento do crédito de Médio e Longo Prazo em cerca de 1.039 Milhões de CVE, do aumento do crédito à Habitação e do crédito à Construção em 131 Milhões de CVE e 112 Milhões respectivamente e pela diminuição da Conta Corrente Caucionada em 731 Milhões de CVE.

Relativamente à cobertura do Crédito Vencido, o Banco tem constituído cerca de 126,7 Milhões de escudos de Imparidade a 31 de Dezembro de 2012 (3,24% da carteira total), representando um aumento de 40,4 Milhões face ao mês homólogo de 2011, cobrindo 29% da carteira de crédito vencido (sem juros).

A análise por segmento demonstra que o segmento Empresas detém cerca de 3.458 Milhões de CVE (86,6%) do total dos créditos atribuídos, seguido dos créditos a Particulares com 413 Milhões de CVE (10,3%) e dos Empregados e Emigrantes com 117 Milhões de CVE (2,93%) e 4 Milhões de CVE (0,12%), respectivamente.



Na carteira de Empresas, o crédito de Médio e Longo Prazo lidera com 2.721 Milhões de escudos (78%), seguido da Conta Corrente Caucionada com 315 Milhões de escudos (9%).

Na carteira de Particulares, o crédito Habitação lidera com 235 Milhões de escudos (57%), seguido do crédito Pessoal e crédito Automóvel com 78 Milhões e 36 Milhões, respectivamente.

[3] Expurgando juros, rendimentos a receber e receitas com rendimento diferido.

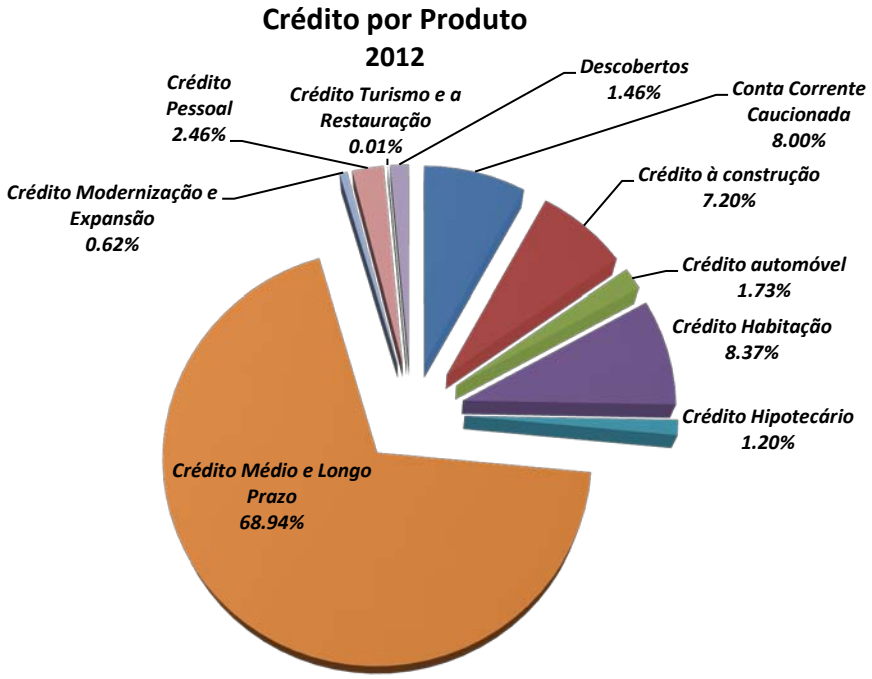
Na carteira de Colaboradores, o crédito Habitação lidera com 89 Milhões, seguido de crédito Pessoal e Automóvel com 19 Milhões e 7 Milhões, respectivamente.

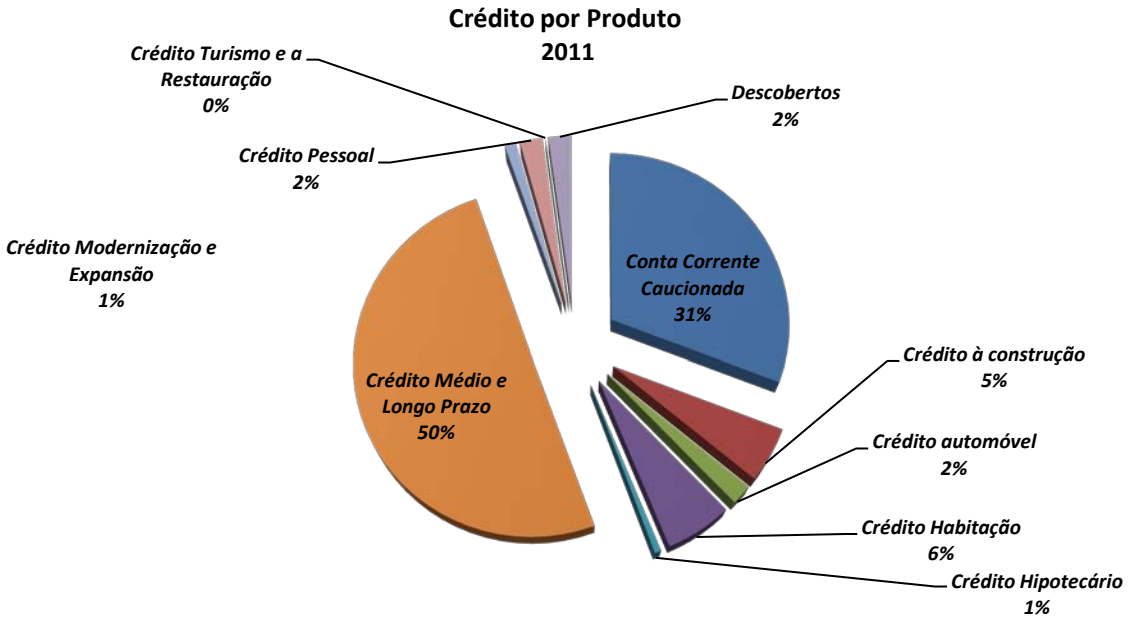
Na carteira Emigrantes o crédito Habitação representa 99% da carteira com 4 Milhões de escudos.

Tipo de Crédito	2011	Peso	2012	Peso	Var	
					Abs.	%
Conta Corrente Caucionada	1,051,156,009	31%	319,406,014	8%	-731,749,995	-70%
Crédito à construção	175,122,265	5%	287,569,388	7%	112,447,123	64%
Crédito automóvel	63,780,249	2%	69,236,211	2%	5,455,963	9%
Crédito Habitação	202,493,788	6%	334,291,549	8%	131,797,761	65%
Crédito Hipotecário	19,752,248	1%	48,092,559	1%	28,340,311	143%
Crédito Médio e Longo Prazo	1,713,160,115	50%	2,752,963,129	69%	1,039,803,014	61%
Crédito Modernização e Expansão	35,371,691	1%	24,734,912	1%	-10,636,779	-30%
Crédito Pessoal	71,830,434	2%	98,227,850	2%	26,397,416	37%
Crédito Turismo e a Restauração	420,664	0%	420,664	0%	0	0%
Descobertos	73,391,729	2%	58,128,239	1%	-15,263,490	-21%
Total	**3,406,479,191**	**100%**	**3,993,070,515**	**100%**	**586,591,323.46**	**17%**

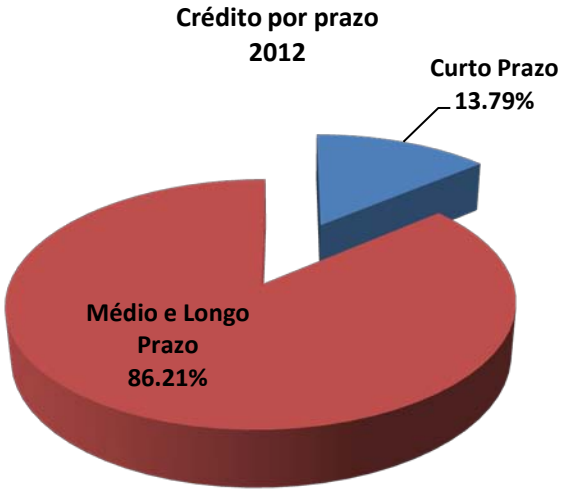
Nota: Os valores acima apresentados não incluem juros, rendimentos a receber e receitas com rendimento diferido.

A análise por tipo de crédito evidencia que em 2012 os créditos de Médio e Longo Prazo representaram 69% do total da carteira, o equivalente a 2.752,9 Milhões de CVE, seguido do crédito à Habitação e da Conta Corrente Caucionada, ambos com cerca de 8% do total. Relativamente aos créditos menos significativos, o crédito Hipotecário totalizou os 48 Milhões de CVE (1%), seguido do crédito à Modernização e Expansão com 24 Milhões de CVE (1%) e do crédito ao Turismo e à Restauração com cerca de 420 Mil CVE (0,01%).

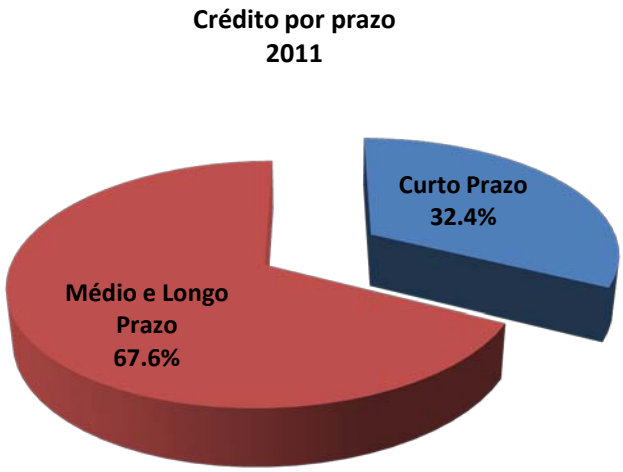




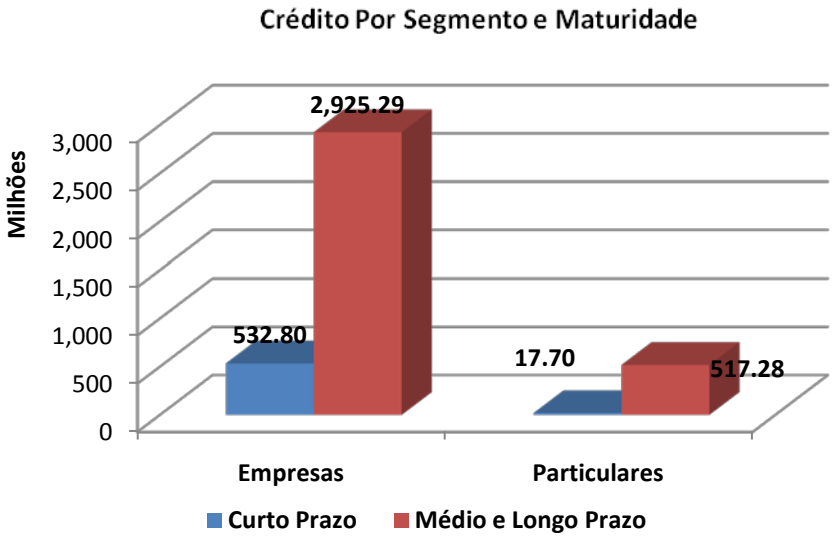
Relativamente à maturidade[4] dos créditos, a carteira do BAICV registou o maior peso nos créditos que se encontram nos prazos superiores a 1 ano, com 86%. Os prazos inferiores a 1 ano representaram 14% da carteira.



[4] Prazo Residual



Em termos de segmento por prazo, o segmento Empresas e Particulares registaram em 2012 o maior peso nos créditos de Médio e Longo Prazo.



O peso das empresas nos créditos de Curto Prazo deve-se às Contas Correntes Caucionadas e aos Descobertos Bancários, destinados essencialmente à resolução de problemas de tesouraria das empresas. Relativamente aos Particulares, os créditos de Médio e Longo Prazo possuem o maior peso, substancialmente devido à grande maturidade associada aos Créditos à Habitação.

Crédito Concedido

O volume de **Crédito Concedido** aumentou face ao ano transacto em cerca de 429 Milhões de CVE, situando-se nos 2.456 Milhões de CVE. Durante o ano de 2012 foram carregados 253 créditos, sendo que 70 operações derivam de operações destinadas às Empresas, totalizando os 2.138 Milhões de CVE e os restantes 183 créditos foram destinados a Particulares, representando cerca de 318 Milhões de CVE.

Tipo de Crédito	2011	Peso	2012	Peso	Var.	
					Abs.	%
Conta Corrente Caucionada	649,981,250	32%	509,198,750	21%	-140,782,500	-22%
Crédito à construção	87,485,000	4%	17,329,722	1%	-70,155,278	-80%
Crédito automóvel	45,542,000	2%	44,827,706	2%	-714,294	-2%
Crédito Habitação	43,590,000	2%	161,909,000	7%	118,319,000	271%
Crédito Hipotecário	20,000,000	1%	36,493,400	1%	16,493,400	82%
Crédito Médio e Longo Prazo	1,103,360,163	54%	1,610,746,102	66%	507,385,939	46%
Crédito Pessoal	76,800,735	4%	76,074,533	3%	-726,202	-1%
Total	**2,026,759,148.00**	**100%**	**2,456,579,211.95**	**100%**	**429,820,063.95**	**21%**

O crédito Salário+ deteve em 2012 cerca de 32% do total de número de créditos carregados, seguido do crédito Pessoal com 22%. Relativamente ao valor total carregado em 2012, os créditos de Médio e Longo Prazo obtiveram o maior peso comparativamente aos restantes tipos de crédito, detendo cerca de 66% do total, seguido da Conta Corrente Caucionada com cerca de 21%.

Recursos de Clientes

A constituição de Depósitos à Ordem foi o principal motor de crescimento do BAICV na captação de Recursos, uma vez que o mesmo cresceu em termos absolutos 293,8 Milhões de escudos (28%) face a 2011.

Cerca de 56,5% (1.336 milhões de escudos) é constituído por Depósitos à Ordem e 43,4% (1.028 milhões de escudos) por Depósitos a Prazo, representado um aumento de recursos de 436 Milhões de escudos face ao ano transacto.

A Carteira Global de Recursos do BAICV atingiu assim em 2012 o montante de 2.364 Milhões de escudos, sendo 62% de depósitos de empresas, 31% de depósitos de particulares, 4,89% de emigrantes e 0,79% de Funcionários.

Tipo	2012		Total	Peso
	D. Ordem	D. Prazo		
Empresas	962,455,149	508,884,340	1,471,339,489	***62.23%***
Particulares	317,000,243	424,598,974	741,599,217	***31.37%***
Funcionários	12,828,516	5,750,000	18,578,516	***0.79%***
Emigrantes	30,822,805	84,750,210	115,573,015	***4.89%***
Outros[1]	12,977,633	4,148,645	17,126,278	***0.72%***
Total	**1,336,084,345**	**1,028,132,169**	**2,364,216,514**	***100.00%***
Peso	***56.51%***	***43.49%***		

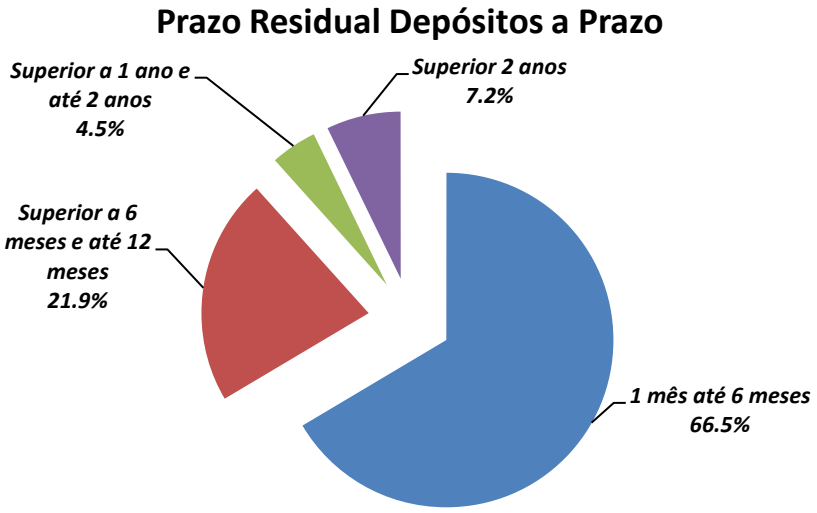
[1] *Organizações sem fins lucrativos, Diplomatas, Contas conjuntas, Municípios, Menor e Offshore*

Relativamente à moeda da carteira de recursos de clientes, em ambas as carteiras de depósitos a ordem e depósitos a prazo, predomina o CVE, seguido do USD e EUR, com 95,5%, 3% e 1,5 % respectivamente.

Na carteira em CVE, predomina o segmento empresas com 65% do saldo total, seguido dos particulares com 30%. Na carteira em EUR predomina os emigrantes com 43% do saldo total em EUR, seguido dos particulares com 30%. Na carteira em USD predomina os particulares com 84% do saldo total em USD.
De salientar que em ambas as carteiras de EUR e USD, os Depósitos a Ordem têm um maior peso, com cerca de 93% e 87% respectivamente do total de depósitos nessas moedas.

Total Recursos Clientes	Saldo Total Recursos Clientes				Contravalor em CVE	Peso
	CVE	EUR	USD	GBP		
Empresas	1,458,578,695	81,231	45,764	0	1,471,339,489	***62.23%***
Particulares	670,838,784	100,710	717,595	79	741,599,217	***31.37%***
Funcionários	12,872,694	8,885	56,860	0	18,578,516	***0.79%***
Emigrantes	98,438,431	141,380	18,592	0	115,573,015	***4.89%***
Outros	16,140,872	0	11,856	0	17,126,278	***0.72%***
Total Recursos Clientes	**2,256,869,476**	**332,206**	**850,667**	**79**	**2,364,216,514**	***100.00%***
Contravalor em CVE	**2,256,869,476**	**36,630,738**	**70,705,719**	**10,581**		

Em termos de prazo residual dos depósitos a prazo, salienta-se que 66,5% (683 milhões de escudos) são Depósitos a Prazo de 1 a 6 meses, seguido de Depósitos a Prazo de 6 a 12 meses com 21,9% (225 milhões de escudos), de Depósitos a Prazo superior a 2 anos com 7% (73 Milhões de escudos) e Depósitos a Prazo de 1 a 2 anos com 4,5% (45 Milhões de escudos).



7. Banca Electrónica

Durante o ano de 2012 conseguiu-se alargar ainda mais o serviço de cartões de débito – Vinti4. Os indicadores da Banca Electrónica continuam sendo atractivos pela natureza específica, não obstante os custos elevados associados à manutenção deste serviço.

a) Rede Vinti4

A rede Vinti4 por ser uma rede partilhada de Caixas Automáticas – ATM's e Terminais de Pagamentos Automáticos – POS, e cujo potencial de desenvolvimento mostra-se a cada dia ser mais intenso, tem abrangido um número cada vez maior de serviços.

A disponibilização destes serviços no mercado oferece a oportunidade de captação de fundos e mais clientes, podendo assim oferecer uma grande variedade de funcionalidade aos mesmos, desde levantamentos de numerário, transferências bancárias, pagamento de serviços, pagamento de facturas, consulta de saldos e de movimentos, recarga de telemóveis, consulta de NIB/IBAN entre outras.

Durante o ano de 2012 o banco emitiu mais de 2.181 cartões, tendo no final do período, como direito de utilização cerca de 4.570 cartões que representam 2,72% do total de direitos de utilização da rede.

Qtd: Unidades

Descritivo		Jan-Dez 2011	Jan-Dez 2012
Cartões		**1.530**	**2.609**
	Activos	1.290	2.181
	Inactivos	240	386
	Não Processado (*Mot. Diversos*)	0	42
Cartões Activos		**1.290**	**2.181**
	Com Actividade	975	1.657
	Sem Actividade	315	524
Terminais		**57**	**136**
	ATM	1	0
	POS	56	136

Encerramos o ano de 2012 com um acumulado de 274 Terminais, dos quais 264 correspondem os terminais de pagamento automáticos (POS's) e mantidos os 10 ATM's. Registando-se desta feita um aumento de Terminal POS face ao ano homologo, mantendo nula o terminal de ATM. No entanto, entende-se que o ano 2012 comparativamente com o ano 2011 foi de crescimento, tendo em conta a redução considerável verificado em 2011 em comparação com o período anterior (2010).

Transacções Rede Vinti4 – Cartões de Débito

Qtd: Unidades Valor: Escudos

Descritivo	Jan-Dez 2012	
	Qtd	Valor
Nossos ATM's	340.066	925.082.453,00
Outros ATM'S	9.942.274	24.601.328.359,00
Nossos POS's	400.469	1.164.122.701,00
Outros POS'S	2.863.552	11.442.930.756,00
TOTAL	13.546.361	38.133.464.269,00

Durante o ano registou-se uma maior procura pelos utilizadores nos ATM's em comparação com a procura nos POS's, bem como a crescente utilização desses serviços.

A nível de operações com movimentação de fundos foram efectuadas cerca de 6.746.675 operações junto de ATM's, representando 2,97% do total de transacções, que em termos de valor representam CVE 25.526.410.812,00. As operações sem movimentação de fundos rondaram os 3,62% do total, equivalendo 3.535.665 operações.

A nível dos POS's importa salientar, que tendo já 136 terminais disponíveis no mercado, houve a captação/retenção de fundos na ordem dos 9,23% do total transaccionado, cerca de CVE 12.607.053.457,00.

Outro indicador importante diz respeito as operações dos nossos cartões em outros ATMs que atingiu a cifra de CVE 252.337.887,00 do valor total.

Transacções Rede Vinti4 – Cartões de Crédito VISA/MasterCard

Qtd: Unidades Valor: Escudos

Descritivo	Jan-Dez 2012	
	Qtd	Valor
Nossos ATM's	8.284	102.692.000,00
Nosso POS'S	963	8.645.896,00
TOTAL	9.247	111.337.896,00

Para além das operações realizadas com os cartões Vinti4, durante o ano de 2012 conseguiu-se realizar operações com cartões de crédito da rede VISA e MasterCard nos terminais do BAI CV, cujo total é de 9.247 operações, o equivalente a CVE 111.337.896,00.

b) Internet Banking

O lançamento do BAI Net, a internet banking do Banco, foi sem em dúvida um importante acontecimento histórico para o BAI CV, um novo canal de comunicação com os clientes, permitindo a realização de transacções, como também a consulta de saldos.

Durante o ano de 2012 registou-se cerca de 875 adesões, representando uma quebra de 32 adesões comparativamente ao período homólogo.

Descritivo	Jan a Dez 11	Jan a Dez 12
	Adesões	Adesões
Internet Banking	907	875

c) Mobile Banking

Este produto visa atender à necessidade de mobilidade dos clientes que passam a poder ter o seu Banco disponível 24 horas por dia sete dias por semana usando para tal o seu telemóvel. Foram disponibilizadas duas versões do serviço, uma para os Smarthphones e o outro em SMS para os telefones convencionais.
Contudo, este canal está muito dependente da conectividade ou seja dos terminais móveis dos nossos clientes e do acesso à internet nesses terminais algo que nos finais de 2011 conheceram uma revolução com a entrada no mercado de Cabo Verde da tecnologia 3G.
Relativamente ao ano de 2012, registou-se um grande crescimento em termos de adesões face ao período transacto, representando um aumento exponencial em torno dos 93,42%.

8. Gestão de Riscos Financeiros

A **gestão de riscos Financeiros do BAICV** é da competência do Gabinete de Planeamento, Controlo e Risco (GPR), responsável pela constante monitorização dos principais riscos Bancários inerentes à actividade, nomeadamente, o risco de Crédito (carteira), de Liquidez, das Taxas de Juro e de Câmbio.

O Gabinete de Planeamento, Controlo e Risco tem a incumbência de identificar e analisar a exposição do Banco aos diversos riscos a que está sujeito, definindo instrumentos de análise como também políticas orientadoras, visando a maximização dos resultados da instituição, dentro de restrições pré-estabelecidas e devidamente supervisionadas pelos Órgãos de Gestão competentes.

A instituição conta ainda com o Departamento de Análise de Crédito, inserida na Direcção Comercial, destinada à análise e aprovação dos pedidos de créditos submetidos à instituição, como também, com os Gabinetes Jurídico e Compliance e de Auditoria Interna, responsáveis pelos riscos Operacionais e pelos riscos relacionados com eventuais perdas financeiras ou de imagem que possam surgir, subsequentes do incumprimento da legislação e das directrizes vigentes no sector.

Paralelamente à acção desenvolvida pelo GPR e pelos Departamentos e Gabinetes acima mencionados, o banco conta ainda um Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), destinado à gestão integrada e coerente dos Activos e Passivos, através do acompanhamento da evolução do banco assim como do mercado envolvente, visando maximizar a rentabilidade e a solidez financeira da instituição.

A. Risco de Crédito

O **Risco de Crédito** é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de pessoas, residentes ou não residentes, singulares ou colectivas, em não pagarem quer o capital em dívida, quer os juros devidos pactuados perante o banco.

O acompanhamento do Risco de Crédito é feito tanto pelo Departamento de análise de crédito, responsável pela aprovação dos pedidos de crédito solicitados, consoante os indicadores qualitativos e quantitativos subsequentes das análises de Scoring e Rating, como também, pelo Departamento de recuperação de Crédito, destinado à recuperação dos créditos vencidos, mediante solução negociada extra judicialmente, em função dos objectivos do banco.

O acompanhamento da carteira de crédito é feito pelo Gabinete de Planeamento, Controlo e Risco (GPR), averiguando tanto o grau de concentração dos créditos atribuídos, como também a diversificação sectorial da carteira da instituição.

			Var. Homóloga	
Crédito sobre Clientes	**Dez-12**	**Dez-11**	**Abs.**	**%**
Crédito vencido / Crédito Total	**11.01%**	**9.10%**	1.91%	20.95%
Imparidade Crédito a Clientes/Crédito Total	**3.25%**	**2.50%**	0.75%	29.92%

A carteira de crédito do BAICV tem aumentado exponencialmente de ano para ano, e com isso, a exposição máxima ao risco de crédito atingiu os 9.383.601.211 CVE em 2012 face aos 7.647.752.233 CVE de 2011, aumentando por conseguinte a exposição máxima do banco em cerca 1.735.848.978 CVE face ao ano transacto.

B. Risco Operacional

O **Risco Operacional** é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas ou da inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à deficiência em contratos firmados pela instituição.

O BAICV prime constantemente pela adequação dos seus processos e serviços, através do aprimoramento contínuo dos seus sistemas informáticos e processos internos. Neste âmbito, o banco tem vindo a adoptar diversas políticas e procedimentos internos visando a mitigação dos riscos decorrentes da actividade operacional da instituição, contando actualmente com um Gabinete de Compliance e um Gabinete de Auditoria e Inspecção, especificamente instituídos para o efeito, destinados à monitorização, avaliação e controlo de todos os riscos desta natureza.

C. Risco de Capital

O acompanhamento do **Risco de Capital** é feito tendo em conta todos os requisitos mínimos prudenciais estabelecidos pela entidade reguladora, especificamente os Avisos nº 3/2007 e 4/2007 do Banco de Cabo Verde, relativo ao apuramento do Rácio de Solvabilidade.

Em 2012 o rácio de Solvabilidade sitiou-se nos 10,70% face aos 11.19% do ano anterior, evidenciando a robustez dos Fundos Próprios do banco, sendo uma das instituições Financeiras com o maior Capital Subscrito do mercado, em torno dos 2.000 milhões de CVE.

			Variação	
Descrição	**Dez-12**	**Dez-11**	**Abs.**	**%**
Fundos próprios	638,718,107	643,077,090	-4,358,983	-0.68%
Activos ponderados pelo risco de crédito	5,600,006,401	5,518,356,180	81,650,221	1.48%
Valor equivalente em activos ponderados pelo risco operacional	369,612,817	229,395,751	140,217,066	61.12%
Total dos activos ponderados	5,969,619,217	5,747,751,931	221,867,286	3.86%
Rácio de Solvabilidade	**10.70%**	**11.19%**	**-0.5%**	**-4.38%**

D. Risco de Mercado

O **Risco de Mercado** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições Activas e Passivas detidas pela instituição, especificamente, resultantes de flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções ou preços de mercadorias.

A monitorização do risco de Mercado é feita continuamente pelo Gabinete de Planeamento, Controlo e Risco, com base em instrumentos de análise específicos para o efeito, como também pela Sala de Mercados, responsável pelo acompanhamento diário de todos os preços das posições de Activos e Passivos em posse do banco.

A avaliação e definição de estratégias mitigadoras dos riscos de Mercado são da competência do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), órgão responsável pelo acompanhamento da evolução do mercado, bem como pela adopção de políticas flexíveis viradas à minimização dos riscos inerentes à actividade, associada obviamente aos interesses dos accionistas.

E. Risco de Taxa de Juro

O **Risco de Taxa de Juro** consiste na eventualidade de variações adversas nas taxas de juro de mercado virem a afectar a margem financeira da instituição.

A avaliação da exposição deste tipo de risco é feita através dos modelos de GAP de Taxas de juro, destinados à medição dos Activos e Passivos sensíveis às flutuações das taxas de juro de acordo com os seus prazos de maturidade.

O acompanhamento é feito regularmente, permitindo assim a quantificação dos impactos sobre a margem financeira da instituição, derivado das flutuações das taxas de Juro, permitindo a adopção de estratégias adequadas, visando a mitigação dos efeitos nefastos nos resultados do banco.

F. Risco Cambial

O **Risco Cambial** está associado à variação dos Activos e Passivos financeiros, resultante de variações adversas das taxas de Câmbio de mercado.

A gestão do risco de Câmbio é feita tendo em conta a exposição líquida do banco face às diversas moedas usadas nas suas operações de mercado.

O banco tem seguido uma estratégia de minimização de riscos, através da realização de operações maioritariamente em Euros, dada a paridade cambial existente entre o Euro e o Escudo Cabo-verdiano. Esta estratégia reduz significativamente os riscos esperados relacionados com a dotação de Activos e Passivos em moeda estrangeira, reduzindo por conseguinte os impactos no Produto Bancário da instituição.

G. Risco Liquidez

Corresponde à incapacidade da instituição em cumprir os compromissos assumidos resultantes do desfasamento existente entre os fluxos de pagamento e de recebimento, fazendo com que as reservas e disponibilidades da mesma sejam insuficientes para honrar atempadamente as obrigações pactuadas.

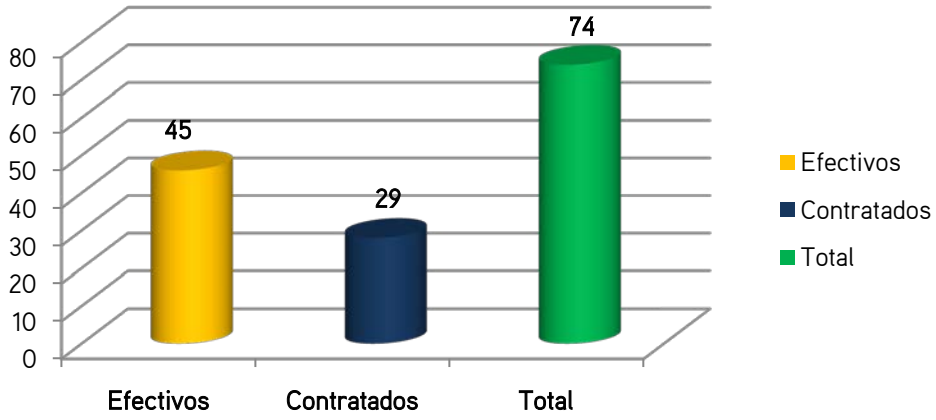
A monitorização do **Risco de Liquidez** é feita através da análise dos GAP de liquidez, em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, de forma a evidenciar os desajustamentos existentes entre os Activos e Passivos por intervalos temporais.

Paralelamente à monitorização interna, o banco utiliza também outros instrumentos de análise instituídos e exigidos periodicamente pela entidade reguladora, permitindo assim uma visão mais completa e complementar da real posição financeira da instituição.

9. Recursos Humanos

A 31 de Dezembro de 2012, o BAICV contava com 74 colaboradores e 5 membros do Conselho de Administração, com a seguinte distribuição.

A instituição registou um aumento de 10 trabalhadores face ao ano transacto, passando a contar com mais 8 trabalhadores efectivos e mais 2 trabalhadores contratados, perfazendo um total de 74 trabalhadores.



A licenciatura é o grau académico mais representado, correspondendo a 61% dos efectivos. Quanto ao nível de habilitação média e superior traduz-se numa taxa de habilitação superior a 92%.

A habilitação a seguir mais representada, tal como verificado nos anos anteriores é o nível médio, que é detida por 28% do total dos trabalhadores.

Distribuição dos efectivos segundo nível de escolaridade

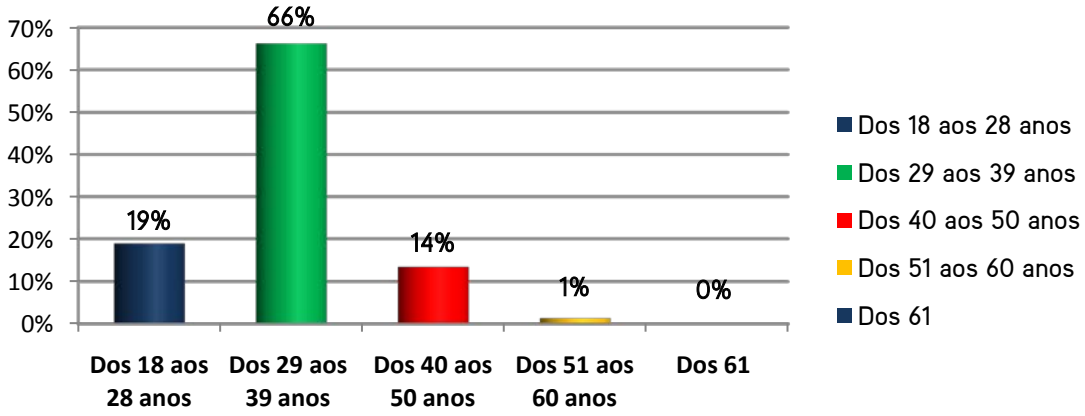
Habilitações Literárias	Homens	Mulheres	Total	%
Ensino Básico Integrado	0	0	0	0%
Ensino Secundário	5	1	6	8%
Ensino Médio	5	16	21	28%
Licenciatura	23	22	45	61%
Mestrado	1	1	2	3%
Total	**34**	**40**	**74**	**100%**

O escalão etário que regista maior número de trabalhadores é o compreendido no intervalo entre os 29 e os 39 anos, situação análoga ao ano transacto.

A idade média do quadro de colaboradores situa-se em 33,2 anos, portanto um elenco de colaboradores extremamente jovem.

Distribuição dos efectivos segundo escalão etário

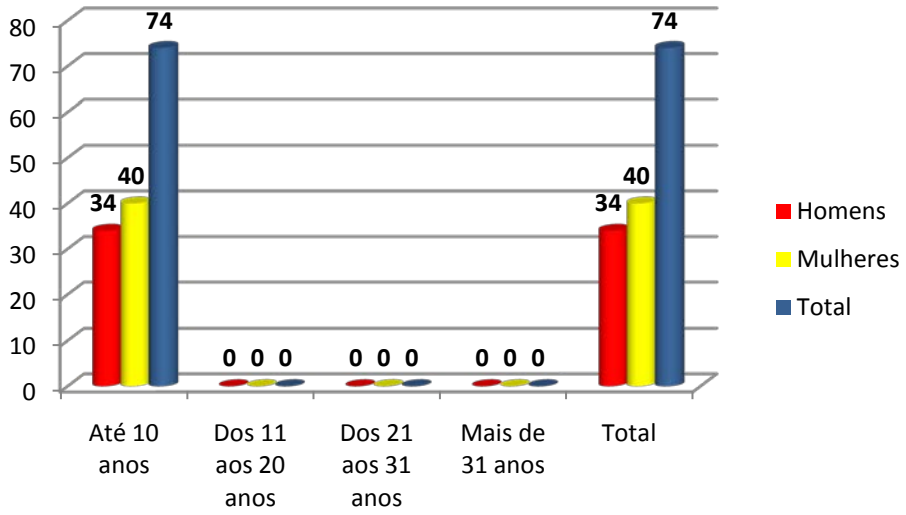
Níveis Etários	Total	%
Dos 18 aos 28 anos	14	19%
Dos 29 aos 39 anos	49	66%
Dos 40 aos 50 anos	10	14%
Dos 51 aos 60 anos	1	1%
Dos 61	0	0%
Total	**74**	**100%**



Tendo em conta que o Banco é uma Instituição recente, justifica a concentração apenas no primeiro nível de antiguidade. A caracterização da estrutura de antiguidade seguiu o mesmo princípio dos anos anteriores.

Distribuição dos efectivos por níveis de antiguidade

Níveis de Antiguidade	Homens	Mulheres	Total	%
Até 10 anos	34	40	74	100%
Dos 11 aos 20 anos	0	0	0	0%
Dos 21 aos 31 anos	0	0	0	0%
Mais de 31 anos	0	0	0	0%
Total	**34**	**40**	**74**	**100%**



O BAICV tem apostado na formação dos seus colaboradores, contribuindo para a sua formação académica. Assim, durante o ano de 2012 foram realizadas:

- ✓ 720 horas de formação
- ✓ 100 Participações
- ✓ Num total de 2.071.571$00 ECV

Analisando as horas despendidas em formação, verifica-se que houve uma diminuição de 11% em relação ao ano anterior, não obstante a preocupação constante com a melhoria continua no treinamento, capacitação e aprimoramento dos colaboradores da instituição.

Variação hrs formação

Ano	2011	2012	Variação
Horas Formação	812,5	720	-11%

Em 2012 os encargos com o pessoal representaram 38% do Produto Bancário. A remuneração base representa 70% do total dos encargos com pessoal, proporção que aumentou 17% em relação ao ano transacto.

Os encargos sociais em 2012 ascenderam a 13.085.837ECV, o que representa um aumento de 2% em relação ao ano anterior.

10. Responsabilidade Social

Seguindo o posicionamento das empresas do Grupo BAI, em que gestão se rege pela ética e transparência para com os colaboradores, clientes, fornecedores e todo o meio envolvente, definindo objectivos empresariais que integram o desenvolvimento sustentável da sociedade, não descurando a preservação dos recursos ambientais e culturais, respeitando assim as gerações futuras, contribuindo igualmente para a diminuição de assimetrias socioeconómicas, o BAI Cabo Verde vem implementando a sua politica de responsabilidade social através de parcerias estratégicas com entidades cujas acções têm impactos directos na melhoria da qualidade de vida dos cabo-verdianos tendo em conta os três pilares da responsabilidade social: a responsabilidade social empresarial, o voluntariado empresarial e a cidadania empresarial.

- ✓ **Responsabilidade Social Empresarial**

Em relação a este pilar em 2012 o BAI CV levou a cabo um conjunto de acções e foram implementados os seguintes programas:

- Carreira Profissional
- Créditos Bonificados colaboradores
- Politica de Formação
- Plano de Saúde

- ✓ **Voluntariado Empresarial**

Visando introduzir o espírito de voluntariado no BAI CV definiram-se um conjunto de acções para 2012 com o intuito de promover uma atitude socialmente responsável no seio da Família BAI, fazendo com que esta atitude faça parte da nossa Cultura Organizacional, através de palestras e acções de esclarecimento/formação e apoiando projectos desenvolvidos pelos próprios colaboradores que tenham impactos positivos para a nossa sociedade.

formas de acção:

- Doações (Conta BAI Solidariedade);
- Apadrinhamento de causas;
- Partilha de conhecimentos;
- Etc.

- ✓ **Cidadania Empresarial**

Sem dúvida que, ao nível da cidadania empresarial, 2012 foi um ano muito importante pois, foi o ano em que o Banco estabeleceu parcerias estratégicas e deu grandes passos. Com base na nossa politica de responsabilidade social para o período 2012/2013 foram definidas como áreas, a saúde, a educação e o

desporto. Além disso, com a criação da Conta BAI Solidariedade, através da qual recebemos apoio de outras empresas do Grupo e apoios dos próprios colaboradores do Banco tem sido possível a realização de muitas acções.

Assim, dentro destas áreas foram identificados parceiros cujas acções têm um impacto directo na melhoria da qualidade de vida dos cabo-verdianos, parcerias essas que serviram para a consolidação do nosso posicionamento enquanto parceiro no desenvolvimento de Cabo Verde:

- ✓ **Saúde**

  Ao nível da saúde foram estabelecidos protocolos com os três hospitais centrais do país:

  - Hospital Agostinho Neto - HAN

A parceria com Hospital Agostinho Neto teve inicio com a assinatura de um protocolo onde o BAI foi representado pelo nosso Presidente da Comissão Executiva, Carlos Bessa Victor Chaves.

Inicialmente a proposta era apoiar a Pediatria do Hospital, mas de acordo com as prioridades definidas pela sua Administração foi solicitado ao BAI que apoia-se a remodelação da enfermaria Santa Isabel que foi inaugurada pela Ministra da Saúde, Dra. Cristina Fontes.

Com o apoio da *Greener*, empresa do Grupo BAI, do BAI Cabo Verde e dos próprios colaboradores do Banco, apoiamos a finalização das obras da enfermaria Santa Isabel, localizada no interior o Hospital Agostinho Neto, o maior do país. O desembolso das tranches foi feito em função dos avanços das obras. Em Dezembro de 2012, o BAI, representado pelo nosso Administrador Executivo, Jorge Almeida procedeu à entrega simbólica das tranches, numa cerimónia presidida pelo Primeiro-ministro de Cabo Verde, Jose Maria Neves. O nosso Primeiro-ministro incluiu esta acção como uma acção de relevo na sua página do Facebook.

  - Hospital Baptista de Sousa

Em relação ao Hospital Baptista de Sousa, os recursos disponibilizados pelo BAICV têm sido aplicados na melhoria das condições do serviço de Pediatria deste hospital como forma de tornar as estadias dos pequenos doentes menos dolorosa.

Em Mindelo, o BAI esteve representado pela nossa Administradora Executiva, Carla do Rosario. O protocolo foi celebrado no dia 31 de Maio de 2012.

  - Hospital de Espargos

Em relação ao Hospital de Espargos, à semelhança do Hospital Baptista de Sousa os fundos foram canalizados para a melhoria dos espaços e serviços da Pediatria sendo que neste espaço os nossos fundos permitiram criar uma pequena ludoteca dentro desta área. O Protocolo foi celebrado no dia 1 de Junho, dia mundial da Criança estando o BAI representado pela nossa Administradora, Carla do Rosario.

✓ Educação

Ao nível da Educação o BAI CV estabeleceu uma parceria com a Fundação Cabo-verdiana de Acção Social – FICASE, no âmbito do qual foram doados 1.000.000$00 ECV para a aquisição de kits escolares que são distribuídos aos alunos carenciados do país.

✓ Desporto

No âmbito do desporto, foi celebrado um protocolo com a Federação Cabo-verdiana de Andebol, uma das modalidades desportivas que mais tem crescido nos últimos anos, aproximando-se das modalidades estrela, o Futebol e o Basquetebol. A intenção do Banco com este protocolo é dar mais visibilidade às nossas selecções tanto ao nível nacional como ao nível internacional. No âmbito deste protocolo está previsto para o ano de 2013 a realização de um torneio nacional que terá o nome do Banco.

Conta BAI Solidariedade - Entradas e Saídas

SALDO DA CONTA BAI SOLIDARIEDADE A 31/12/2012

Responsabilidade Social	Contribuições
Colaboradores do BAI – CV	**951.014,00**
Griner (Grupo BAI)	**3.162.648,00**
Despesas de Expedientes Cobradas	**-1.050,00**
TOTAL ENTRADAS	**4.112.612,00**
TOTAL SAIDAS- Doações a Parceiros	**3.700.000,00**
Saldo a 31/12/2012	**412.612,00**

Responsabilidade Social	Ano	Utilização
FICASE	**2012**	**1.000.000,00**
Hospital Agostinho Neto (Santiago)	**2012**	**2.100.000,00**
Hospital Baptista de Sousa (São Vicente)	**2012**	**300.000,00**
Hospital de Espargos (Sal)	**2012**	**300.000,00**
TOTAL		**3.700.000,00**

11. Análise Financeira

A. Elementos do Balanço

O **Activo Líquido** ascendeu a 8.915,4 Milhões de escudos em 2012, representando um crescimento de 16,27% face ao ano transacto, sobretudo devido ao aumento dos activos Financeiros detidos para Negociação que registaram uma variação positiva de 363% (+1.435,9 Milhões), atingindo um saldo líquido de 1.831 Milhões de escudos, face a 395 Milhões de escudos em 2011.

O Crédito a Clientes e os Investimentos Detidos até Maturidade também registaram uma variação positiva de +541,9 Milhões de escudos e +484,9 Milhões de escudos, face ao ano homólogo respectivamente.

Por contrapartida, as Aplicações em Instituições de Crédito, os Activos Tangíveis, os Activos por Impostos Diferidos diminuíram cerca de 1.336 Milhões de escudos, 83,4 Milhões de escudos e 26,1 Milhões de escudos respectivamente.

O **Passivo** cresceu cerca de 20%, o equivalente a 1.351 Milhões de escudos, motivada sobretudo pelo crescimento significativo dos Recursos de Outras Instituições de Crédito em 952 Milhões de escudos e pelo crescimento dos Recursos de Clientes e Outros Empréstimos em cerca de 404 Milhões de escudos.

Os **Capitais Próprios**, sofreram uma redução de -11,2%, o equivalente a -103 milhões de escudos, registando um saldo final de 810,7 milhões escudos. Não obstante o Resultado Negativo do exercício de cerca de 151 Milhões de escudos no ano 2012 e do agravamento dos Resultados Transitados em mais de 348 Milhões de escudos, registou-se um aumento do Capital Social em cerca de 2,45%, situando-se nos 2.000.000 Milhões.

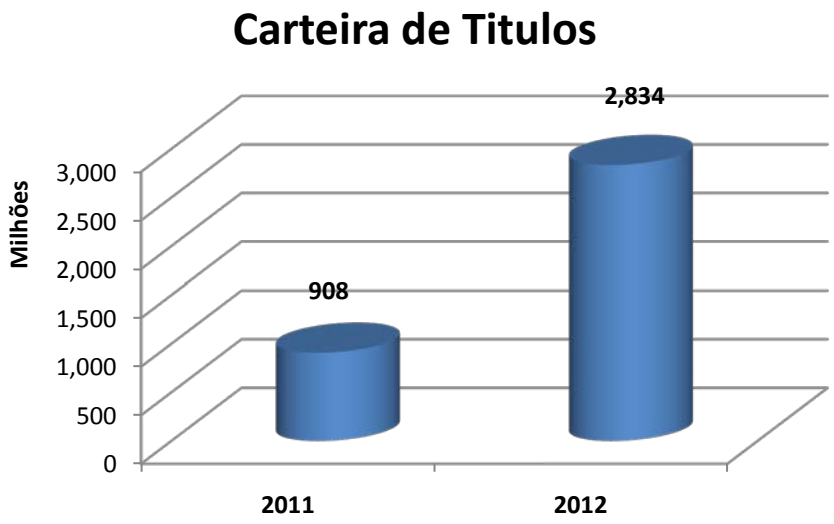
A rubrica **Caixa e Disponibilidades** registou uma diminuição de cerca de 2,9% face ao período transacto, derivado do incremento dos investimentos em Activos Financeiros para Negociação.

A rubrica "**Caixa**" conheceu uma variação positiva de 4%, enquanto as Disponibilidades no Banco Central diminuíram cerca de 6% face a 2011, atingindo os 334 Milhões de escudos.

Essa disponibilidade no banco central tem uma gestão muito mais criteriosa, devido a penalização em caso de incumprimento das reservas mínimas de caixa, e do excesso que é aplicado em activos remunerados, nomeadamente em instrumentos do Banco de Cabo Verde (TIM e TRM) e mesmo no MMI-Mercado Monetário Interbancário, que ainda continua demonstrando uma maior rentabilidade e atractividade do mercado monetário interno face ao mercado Europeu.

Relativamente às **Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito**, que representam na sua quase totalidade, depósitos junto dos nossos correspondentes no estrangeiro, para fazer face às operações de ordens de pagamentos emitidas e recebidas, e as operações de BAI-Trade Finance, assinalaram um acréscimo de 613,6%, face ao período homólogo.

Comparativamente a 2011, a **Carteira de Títulos** atingiu o montante de 2.819 Milhões de escudos, sendo 65% (1.831 milhões) em Activos Detidos para Negociação, 17,8% (502 milhões de escudos) em Activos Financeiros ao Justo Valor através de resultados, 17,2% (484,9 milhões de escudos) em Investimentos detidos até maturidade e 0,05% (1.143,5 mil escudos) em Activos Financeiros Disponíveis para Venda.



Os **Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados** registaram uma diminuição de 1,81% de 2011 para 2012, em cerca de 9 Milhões de escudos.

Os **Activos Detidos para Negociação** no montante de 1.831 Milhões de escudos são constituídos por Títulos de Dívida junto do Banco Central, no montante de 1.606 Milhões de escudos (125 milhões em 2011) em Obrigações do Tesouro e 224 Milhões de escudos (270 milhões em 2011) em títulos de mercados de capitais, representada pela Bolsa de Valores, na vertente de obrigações corporate.

O saldo de 1.143,5 mil escudos dos **Activos Financeiros Disponíveis para Venda** é resultante de participações que o Banco tem noutras entidades, nomeadamente na Swift SCRL, representada por uma acção, na Novagest representada em 10% do capital social no valor de 800 mil escudos e na Enacol, representada por acção no valor de 48 mil escudos.

Em 31 de Dezembro de 2012, a nossa carteira de **Aplicações em Instituições de Crédito** apresentava um saldo de 558 Milhões escudos, cuja variação foi de -70,5% em comparação com o ano transacto.

A carteira de **Créditos sobre Clientes**, atingiu em Dezembro de 2012 um total bruto de 3.993,7 Milhões de escudos, registando um crescimento de 16,3% face a 2011, cuja taxa de transformação situa-se em 160,1% face a 165,3% em 2011, e representa 44,8% do total de Activo Liquido.

O **crédito "Empréstimo a Médio e Longo Prazo"** representa 68,9% do total do crédito bruto, seguido do crédito "Conta Corrente Caucionada" representando 8% do total do crédito bruto, o crédito Construção com 7,1% e o crédito "Habitação" representando 6,3%. Os descobertos em depósito à ordem tiveram alguma predominância, representando 1,5%.

O segmento de empresas lidera a carteira de créditos, com 87%, enquanto o segmento de particulares atingiu 10%, seguido do crédito aos colaboradores, que representa 3%.

O rácio de incumprimento situou-se em 11,0%, face a 9,1% em 2011. Portanto houve um agravamento do crédito vencido em 42%.

O saldo da rubrica **Imparidade de crédito a clientes**, no final do exercício de 2012, apresenta um valor de 126,7 Milhões escudos, cuja variação face ao ano transacto foi de 46,7%, representando 3,17% do crédito total bruto.

A 31 de Dezembro de 2012, os **Activos Tangíveis e Intangíveis** líquidos das amortizações, sofreram uma diminuição 84 milhões de escudos, em relação ao período homólogo. Por estarem afectos à actividade do banco, contemplam bens e valores de carácter permanente, reflectindo as aquisições e depreciações ao longo do exercício económico.

Os **Activos Intangíveis** (líquido), cujo saldo final é de 459 mil escudos, diminuíram em 56,8%, devido as amortizações do exercício no montante de 25 Milhões de escudos, englobando basicamente sistemas de software.

Os **Activos Tangíveis** (líquido), também diminuíram em 19% situando-se 355,7 Milhões de escudos, devido as amortizações do exercício no montante de 258 Milhões de escudos, com destaque para instalações interiores, que registaram variações negativas de 14%, enquanto, os equipamentos de máquinas e ferramentas registaram um investimento na ordem dos 2%.

A rubrica de **"Outros Activos"** registou uma diminuição de 53,9%, apresentando um saldo final a 31 de Dezembro de 2012 de 232,7 Milhões de escudos, resultante de oscilações entre "activos por impostos diferidos" e "outros activos".

Os **"Activos por impostos Correntes"**, que incluem IUR a recuperar, aumentaram em 31,6%, enquanto, a rubrica dos **"Activos por Impostos diferidos"**, associados ao reporte de prejuízos fiscais, diminuiu cerca de 58%, situando-se nos 18 Milhões de escudos, face aos 44 Milhões do período homólogo.

Analisando o passivo, os "**Recursos de Outras Instituições de Crédito**" ascenderam ao montante de 4.581 Milhões de escudos, registando uma variação de 26%, representando na sua quase totalidade, depósitos à ordem e a prazo, de instituições do Grupo BAI.

A carteira de **Depósitos de Clientes** aumentou consideravelmente em 20%, cujo saldo final foi de 2.399 Milhões de escudos, na sua maioria constituída por depósitos de Empresas com 62% (1.471 Milhões de escudos) seguido de particulares com 31% (741 Milhões de escudos), emigrantes com 5% (115 Milhões de escudos), colaboradores com 0,7% (18,5 Milhões de escudos) e Outros com 16,7 Milhões de escudos.

De salientar, que apesar do segmento empresas liderar em termos de saldos, em termos de número de clientes, 81% (6.071 clientes) são particulares e 15% (1.105 clientes) são empresas.

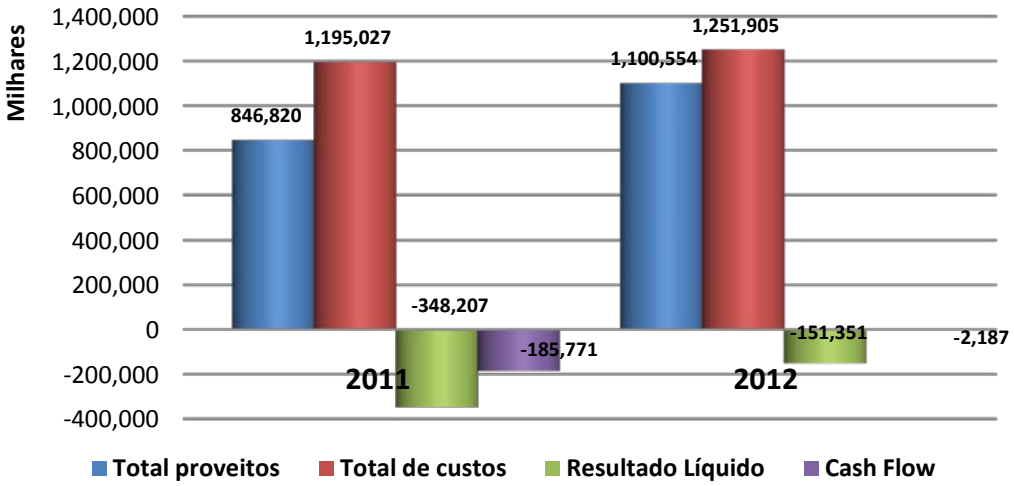
As modalidades de depósitos à ordem têm liderado o ranking dos recursos (57%), cuja variação foi positiva na ordem dos 28%, seguido dos depósitos a prazo (43%), que merece um destaque na variação registada em 16% em comparação com o período homólogo.

A rubrica "**Outros Passivos**", diminuiu ligeiramente cerca de 3,97%, o equivalente a 4 Milhões de escudos, cujo saldo final situou-se em 107,9 Milhões de escudos, em consequência das variações nas rubricas "Outras contas de regularização", registando uma variação negativa de 1,8 Milhões de escudos.

Os **Capitais Próprios** diminuíram cerca de 11,3%, equivalente em termos absolutos a 103 Milhões de escudos, registando um saldo final de 810,7 Milhões escudos, originado pelo aumento dos Resultados Transitados negativos dos exercícios anteriores na ordem dos 348 Milhões de escudos, não obstante a melhoria no Resultado Líquido do Exercício face ao período homólogo na ordem dos 196,8 Milhões de escudos.

B. Elementos da Demonstração de Resultados

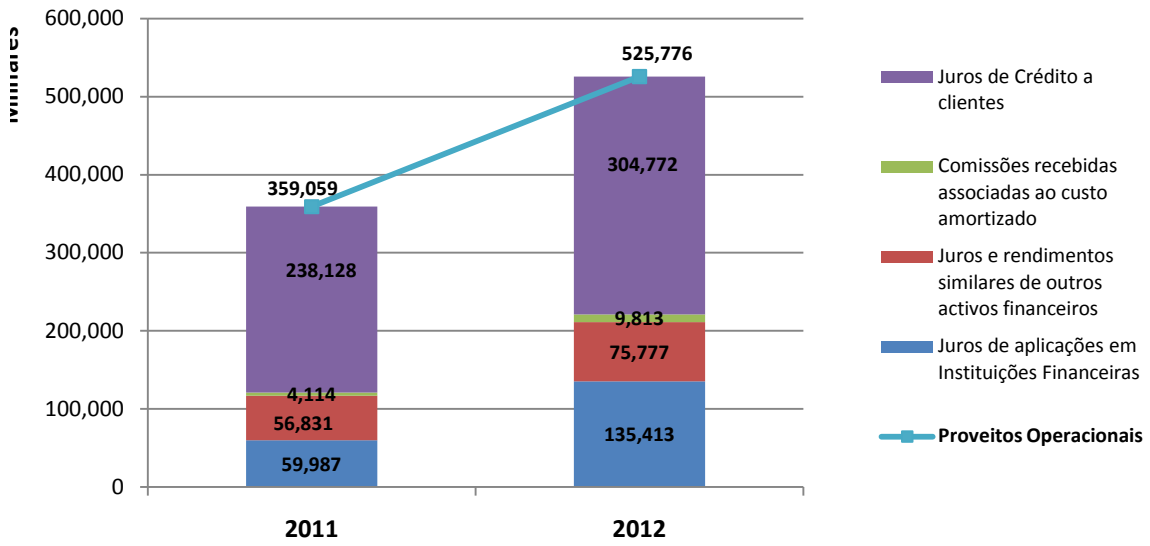
O **Resultado Líquido** apurado no final do exercício em Dezembro de 2012 foi de -151 Milhões de escudos, registando uma melhoria de cerca 56,5%, demonstrando no entanto que os custos e perdas continuam a ser superiores aos proveitos e ganhos.



De salientar que o **Resultado Antes de Imposto** foi de -125 Milhões de escudos (-309 Milhões em 2011), representando uma melhoria de 59,5% (após imposto a melhoria é de 56,5%).

O aumento do Resultado comparativamente ao exercício do ano de 2011 deve-se essencialmente ao aumento exponencial da Margem Financeira em cerca de 120,8 Milhões de escudos, bem como do aumento dos Rendimentos com Serviços e Comissões (5 Milhões de escudos) e dos Resultados de Reavaliação Cambial (31,2 Milhões de escudos).

Nos juros recebidos constata-se que houve uma melhoria significativa cuja variação foi de 46%, com destaque para os juros de Aplicações em Instituições Financeiras que aumentaram cerca de 126%, o correspondente a 75 Milhões de escudos e os juros de Créditos a Clientes, que aumentaram cerca de 30%, cerca de 69 Milhões de escudos.



Os **Juros de Aplicações em Instituições Crédito** tiveram um aumento exponencial na ordem dos 126%, situando-se nos 135 Milhões de escudos face aos 59,9 Milhões de escudos relativamente ao ano transacto, repartido pelas Aplicações em Instituições Financeiras no mercado monetário Interbancário, com um peso de cerca de 65% do total, seguido dos Juros de Aplicações em Outras Instituições Financeiras e das Aplicações de muito Curto Prazo, com 34% e 1% respectivamente.

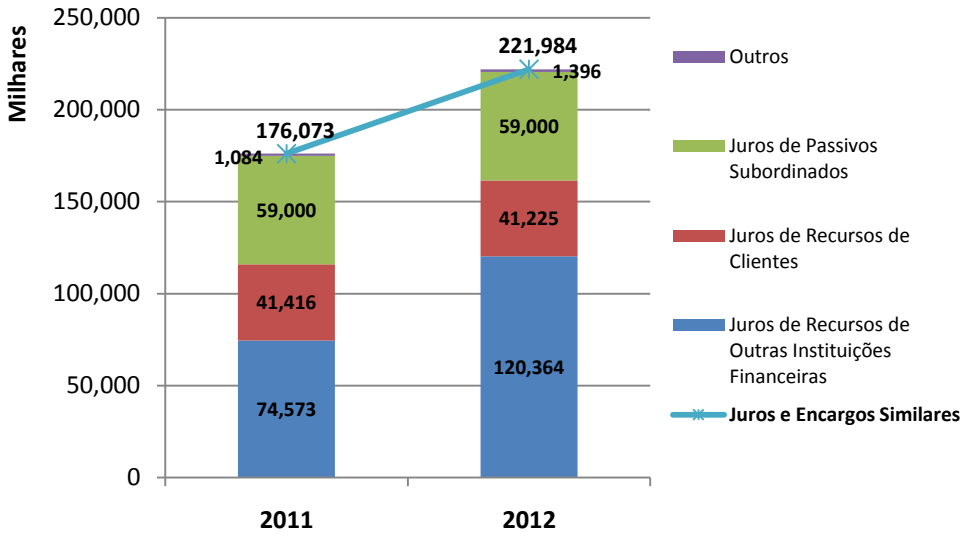
Relativamente aos **Juros sobre Activos Financeiros** constituídos basicamente por títulos de obrigações corporate e obrigações do tesouro, pertencente ao mercado de capitais representado pela Bolsa de Valores, assinalaram uma variação positiva em 18,9 Milhões de escudos.

Quanto aos **Juros pagos das operações passivas** registaram um agravamento em 26%, em que suportamos 221,9 Milhões de escudos, devido essencialmente ao aumento da carteira de depósitos a prazo nos segmentos empresas e particulares

Para os **Recursos de Outras Instituições Financeiras**, o banco pagou em juros o montante de 120 Milhões escudos, cuja variação foi de 61%, sendo 52 Milhões resultantes de depósitos a prazo de instituições de crédito no estrangeiro e 68 Milhões de Empréstimos de curto prazo de instituições de crédito no estrangeiro.

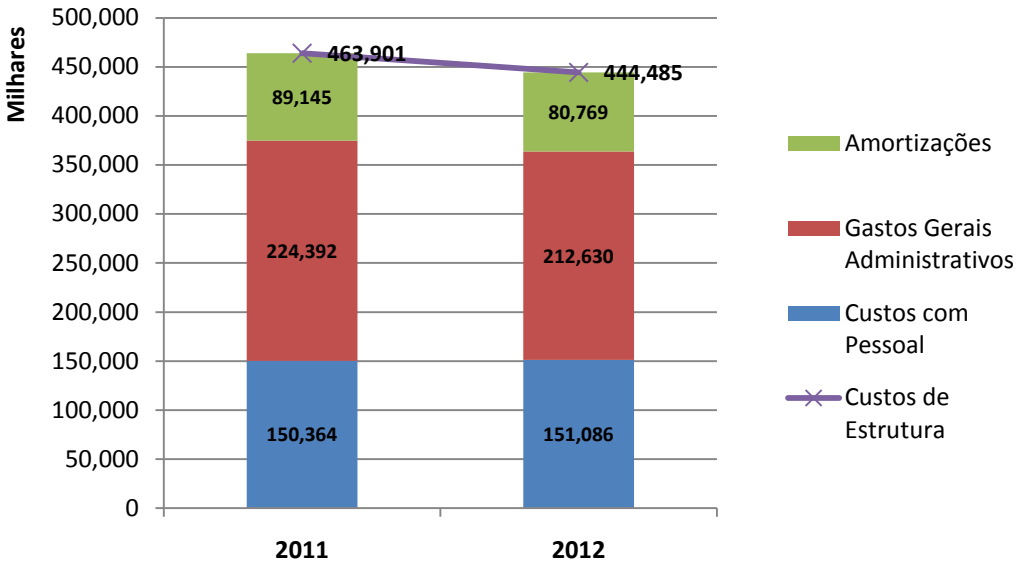
Os **Juros Subordinados do Empréstimo obrigacionista** foram outra componente que pesou os custos, visto que o banco pagou anualmente o montante de 59 Milhões escudos. No entanto, com essa emissão, o banco beneficia no reforço progressivo da solidez financeira da instituição no plano dos rácios prudenciais (com realce aos fundos próprios, ao rácio de solvabilidade e sobretudo no limite de concentração de risco de credito a uma única entidade), da qualidade dos activos, e o equilíbrio financeiro de longo prazo (taxas de juros activas e passivas), e diversificação quer de factos geradoras de cash-flow, quer da base de "funding" e da forma e meios de aplicações de activos financeiros.

A **Margem Complementar** registou uma melhoria de 51,7 Milhões de escudos, cuja variação face ao ano 2011 foi de 862,5%. Esta melhoria resulta do aumento dos Rendimentos com Serviços e Comissões, registando uma variação positiva de 5 Milhões de escudos, paralelamente à boa performance dos resultados da Reavaliação em operações cambiais e de Outros Resultados de Exploração, com aumentos de cerca de 31 Milhões de escudos e 23 Milhões de escudos respectivamente.



Os **Rendimentos com Serviços e Comissões** registaram uma variação positiva face ao período homólogo, fruto do aumento das Comissões recebidas em Garantias prestadas em cerca de 1,1 Milhões de escudos, juntamente com o aumento das rubricas das Comissões recebidas por Serviços prestados e de Outras comissões recebidas, em cerca de 3,4 Milhões de escudos e 1,7 Milhões de escudos respectivamente.

Os **Custos de Estrutura** (Custos com Pessoal + Custos Administrativos + Amortizações) diminuíram cerca de 19 Milhões de escudos em relação ao exercício anterior, impulsionado pela redução das Amortizações do Exercício em torno dos 9,4% e pela diminuição dos Gastos Gerais Administrativos em cerca de 5,2%.

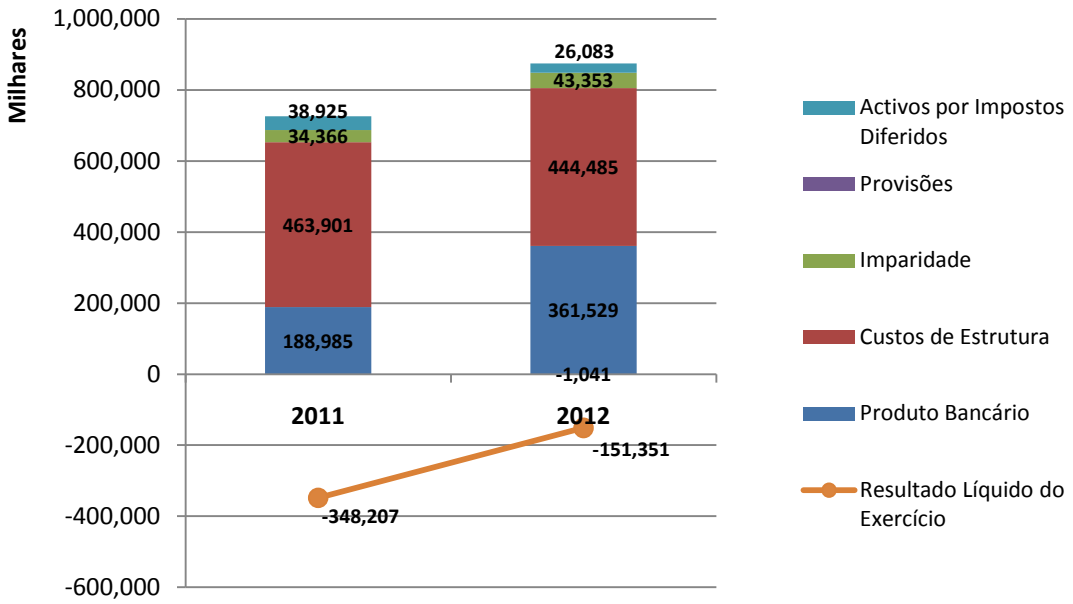


O Rácio **Cost to Income** diminuiu comparativamente ao ano transacto, situando-se nos 123% em 2012, menos 123 pontos percentuais que em 2011 (245%), reflectindo essencialmente o aumento do Produto Bancário face à evolução dos custos de estrutura.

Os **Custos com Pessoal** que representam 34% do total dos custos de estrutura, assinalaram um ligeiro incremento de 0.48%, equivalente a 721 Mil escudos, enquanto os Gastos Gerais Administrativos que representam 47,8% do custo total de funcionamento, diminuíram 5,2%, cerca de 11,7 Milhões de escudos, reflexo da política de contenção dos custos em FST's.

As **Amortizações** ascenderam a 80,7 Milhões escudos, com uma variação negativa de 9,4%, representando 18,2% do custo total de estrutura.

O **Resultado Líquido** negativo situou-se em 151 Milhões escudos, registando uma melhoria face ao período homólogo de cerca de 196,8 Milhões escudos, aumentando 56,5%, derivado do enorme aumento do Produto Bancário ocorrido em 2012.



C. Indicadores

Económicos e Financeiros

Os principais indicadores económicos de desempenho e prudenciais do BAICV registaram uma melhoria face ao ano de 2011, apesar do Resultado negativo do Exercício, bem como dos Resultados Transitados negativos.

Em Dezembro de 2012, a nível de **Rendibilidade o ROA** (Rendibilidade Média do Activo) e **ROE** (Rendibilidade Média dos Capitais Próprios) foram afectados pelos resultados negativos do exercício, atingindo -1,8% e -17,5% respectivamente, contra -5,3% e -39,9% em 2011.

No entanto, quando medidos com base nos Cash Flows, o cenário é mais favorável, pois percebe-se uma ligeira diminuição dos rácios negativos a quererem aproximar-se do valor zero ou mesmo positivo.

O **Rácio de Transformação**, devido ao aumento avultado do crédito concedido face a carteira de clientes, atingiu os 160,1% contra os 165,3% de 2011, ou seja, menos 5,3 pontos percentuais.

A contrapartida da concessão desses créditos é proveniente do empréstimo obrigacionista e dos recursos de outras instituições de crédito. Pelo que incluindo esses recursos no cálculo do rácio, o mesmo atingiria os 48,6%.

Em termos de **Funcionamento**, destaque para o Cost-to-Income, indicador de eficiência que relaciona os custos de estrutura com o produto bancário, com um valor ainda significativo de 122,9%, registou uma

redução em relação ao ano de 2011 que foi de 245,5%, consequência da manutenção da estrutura de custos e do enorme crescimento do Produto Bancário.

A nível de **Produtividade**, verificou-se uma melhoria no rácio número de clientes por empregado, passando de 86 para 101, devido ao enorme aumento do número de clientes (+1.991 clientes que em 2011). O Banco fechou o ano com um efectivo de 74 colaboradores, 5 agências e 7.514 clientes. Quanto ao rácio activo líquido sobre o número de empregados, manteve-se nos 120 Milhões de escudos por empregado tal como no ano transacto.

Destaque para o **Custos de Estrutura/Activo Liquido**, cujo rácio atingiu os 5%, menos 1,1 pontos percentuais que em 2011.

A nível de **gestão de fundos**, a carteira de depósitos representa 27% do total de activo, e realce a concentração dos 20 maiores depositantes no total da carteira de depósitos atingiu 51% em 2012.

Quanto a **Qualidade dos Activos** o rácio do crédito vencido sobre o crédito bruto total registou um agravamento de 1,9 p.p fixando-se em 11% contra 9,1% em 2011. Quanto ao rácio de imparidade de crédito a clientes sobre o crédito total passou para 3,2% em 2012 contra 2,5% em 2011, tendo sido efectuado no exercício um reforço da imparidade de créditos a clientes no valor de 40,3 Milhões de escudos

Prudenciais

Os **Fundos Próprios** da Instituição registaram uma variação negativa de 0,3%, situando-se em 638 Milhões de escudos contra 643 Milhões de escudos em Dezembro de 2011. Essa variação negativa deriva sobretudo dos resultados negativos dos exercícios anteriores e do resultado líquido do exercício em curso, não obstante a redução das penalizações nos Fundos Próprios para o cálculo de concentração de risco, que passaram de 727 Milhões de escudos em 2011 para 506 Milhões de escudos e m Dezembro de 2012.

O **Rácio de Solvabilidade** registou uma ligeira degradação face a Dezembro de 2011, passando de 11,2% para 10,7%, cuja variação foi de -4,4%, em consequência da diminuição dos Fundos Próprios, não obstante encontrar-se dentro limite regulamentar dos 10%.

A **Cobertura de Imobilizado**, tendo em conta que não pode apresentar um grau de cobertura inferior a 100% e não ultrapassar o valor dos fundos próprios, registou uma melhoria de 22,9%, expondo um grau de cobertura de 177,7% contra 145,2% em 2011.

O rácio que relaciona os **Títulos de Dívida Pública** com os recursos de clientes, apresenta um excesso na ordem dos 1.953 Milhões escudos fazendo com que o Banco tenha em aplicações em títulos 87,62% do total das suas responsabilidades da carteira de clientes, acima do mínimo de 5% exigido pelo Banco Central.

12. Aprovação do Conselho de Administração

Os administradores do BAI Cabo Verde são os responsáveis pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras e demais informações contidas neste relatório.

É convicção da Administração que para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os activos do Banco sejam salvaguardados e que as respectivas operações e transacções sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 auditadas e constantes das páginas seguintes foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de Abril de 2013, e vão ser assinadas em seu nome por:

Luís Filipe Rodrigues Lélis
Presidente do Conselho de Administração

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves
Presidente da Comissão Executiva

Victor Manuel de Faria Cardoso
Administrador não Executivo

Jorge Manuel da Silva e Almeida
Administrador Executivo

Carla Monteiro do Rosário
Administradora Executiva

13. Demonstrações Financeiras

A. Balanço

ECV

Rubricas	Notas / Quadros anexos	Valor Bruto	Provisões, Imparidade e amortizações	Valor Liquido	Valor Líquido
		2012			2011
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	479 936 206		479 936 206	494 438 533
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	363 560 546		363 560 546	50 940 948
Activos financeiros detidos para negociação	17	1 831 072 299		1 831 072 299	395 197 170
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	18	502 044 855		502 044 855	511 293 368
Activos financeiros disponíveis para venda	19	1 143 510		1 143 510	1 143 510
Aplicações em instituições de crédito	20	558 131 826		558 131 826	1 894 153 908
Crédito a Clientes	21	3 993 723 500	126 733 542	3 866 989 958	3 325 051 218
Investimentos detidos até à maturidade	22	484 851 665		484 851 665	
Activos não correntes detidos para venda	23	36 157 950	2 985 950	33 172 000	
Outros activos tangíveis	24	614 182 301	258 428 554	355 753 747	439 194 773
Activos intangíveis	25	25 768 826	25 309 790	459 036	1 062 635
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	26	180 096 683		180 096 683	
Activos por impostos correntes	27	6 915 963		6 915 963	5 255 257
Activos por impostos diferidos	27	18 538 519		18 538 519	44 621 218
Outros Activos	28	232 782 529		232 782 529	505 354 732
Total de activos		**9 328 907 179**	**413 457 836**	**8 915 449 343**	**7 667 707 269**
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação					222 425
Recursos de outras instituições de crédito	29			4 581 223 253	3 629 150 096
Recursos de clientes e outros empréstimos	30			2 415 428 993	2 010 945 616
Provisões	31				1 041 279
Outros passivos subordinados	32			1 000 168 807	999 706 779
Outros passivos	28			107 913 287	112 375 532
Total de Passivo				**8 104 734 341**	**6 753 441 727**
Capital					
Capital	35			2 000 000 000	1 952 200 000
Reservas de reavaliação	36			- 7 116	- 7 116
Outras reservas e resultados transitados	37			- 1 037 927 342	- 689 720 350
Resultado do exercício				**- 151 350 540**	**- 348 206 992**
(Dividendos antecipados)					
Total de Capital				**810 715 002**	**914 265 542**
Total de Passivo + Capital				**8 915 449 343**	**7 667 707 269**

B. Demonstração de Resultados

ECV

Rubricas	Notas / Quadros anexos	2012	2011
Juros e rendimentos similares	5	525 779 836	359 060 013
Juros e encargos similares	5	221 984 079	176 073 391
Margem Financeira		**303 795 757**	**182 986 622**
Rendimentos de instrumentos de capital		5 666	4 896
Rendimentos com serviços e comissões	6	45 779 463	40 578 791
Encargos com serviços e comissões	6	5 135 918	3 671 254
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	7	- 13 891 060	- 12 214 601
Resultados de reavaliação cambial	8	29 141 908	- 2 134 766
Resultados de alienação de outros activos	9	- 4 584 086	61 458
Outros resultados de exploração	10	6 417 397	- 16 626 252
Produto Bancário		**361 529 126**	**188 984 895**
Custos com pessoal	11	151 085 585	150 364 253
Gastos gerais administrativos	12	212 630 229	224 391 879
Amortizações do exercício	24,25	80 768 964	89 144 542
Provisões líquidas de reposições e anulações	31	- 1 041 279	
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	21	40 367 518	34 366 024
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	23	2 985 950	
Resultados antes de Impostos		**- 125 267 841**	**- 309 281 803**
Impostos			
Diferidos	13	26 082 699	38 925 189
Resultados após Impostos		**- 151 350 540**	**- 348 206 992**

C. Demonstração de Rendimento Integral

	31-Dez-12	31-Dez-11
Resultado Líquido	**-151,350,540**	**-348,206,992**
Activos financeiros disponíveis para venda		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	-	0
Impacto fiscal	-	-
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	**0**	**0**
Rendimento Integral Individual	**-151,350,540**	**-348,206,992**

D. Demonstração de Alterações no Capital Próprio

	Capital social	Outros instrumentos de capital próprio	Acções próprias	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado liquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2011	1,522,000,000	-	-	-	(488,283,730)	(201,443,737)	832,272,534
Outros movimentos registados directamente no capital próprio							
Reservas de alterações no justo valor	-	-	-		-	-	-
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-
Realização de capital	430,200,000	-	-	-	-	-	430,200,000
Prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de outras reservas	-	-	-	-	-	-	-
Resultado liquido do exercício	-	-	-	-	-	(348,206,992)	(348,206,992)
Resultados transitados	-	-	-	-	(201,436,620)	201,436,620	-
Variação de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	1,952,200,000	-	-	-	(689,720,350)	(348,214,109)	914,265,542
Outros movimentos registados directamente no capital próprio							
Reservas de alterações no justo valor	-	-	-		-	-	-
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-
Realização de capital	47,800,000	-	-	-	-	-	47,800,000
Prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de outras reservas	-	-	-	-	-	-	-
Resultado liquido do exercício	-	-	-	-	-	(151,350,540)	(151,350,540)
Resultados transitados	-	-	-	-	(348,206,992)	348,206,992	-
Variação de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	2,000,000,000	-	-	-	(1,037,927,342)	(151,357,656)	810,715,002

E. Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2012	2011
Fluxo de caixa proveniente de actividades operacionais		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	563 781 932	386,021,952
Juros, comissões e outros proveitos pagos	- 159 248 145	-102,536,107
Outros pagamentos e recebimentos operacionais	6 370 265	-1,321,440
Pagamentos a empregados e fornecedores	- 337 654 013	-334,225,175
Fluxo de caixa proveniente do resultado operacional antes da variação dos activos e passivos operacionais	***73 250 039***	**-52,060,770**
(Aumentos) Diminuições de activos operacionais		
Depósitos em Bancos Centrais	19 578 288	-38,463,192
Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para a venda	- 1 406 700 000	-331,402,001
Activos financeiros detidos até a maturidade	- 500 000 000	
Aplicações em instituições de crédito		
Créditos sobre clientes	- 587 930 860	-873,851,219
Outros activos	11 643 104	-21,187,642
Aumentos (Diminuições) de passivos operacionais		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	943 205 791	1,444,138,840
Recuros de clientes	405 406 935	648,993,574
Outros passivos	15 511 868	19,000,000
Fluxo de caixa líquido proveniente de actividades operacionais	***- 1 099 284 874***	**847,228,359**
Fluxo de caixa proveniente de actividades de investimento		
Aquisição de activos intangíveis		-1,191,737
Aquisição de activos tangíveis	- 2 317 965	-6,186,030
Receitas de venda de activos tangíveis	1 765 800	
Fluxo líquido proveniente de actividades de investimento	***- 552 165***	***-7,377,767***
Fluxo de caixa proveniente de actividades de financiamento		
Emissão de dívida titulada e subordinada		
Realização de capital	47 800 000	430,200,000
Prestações suplementares		
Juros e gastos similares	- 59 000 000	-59,000,016
Fluxo de caixa líquido proveniente de actividades de financiamento	***- 11 200 000***	**371,199,984**
Variação líquido de Caixa e equivalentes de caixa	- 1 037 787 001	1,158,989,806
Caixa e equivalentes de caixa no início do periodo	2 070 532 748	914,647,681
Efeitos de diferenças de câmbio em Caixa e seus equivalentes	35 110 560	-3,104,740
Caixa e Equivalentes de caixa no final do periodo	**1 067 856 308**	**2,070,532,748**

14. Proposta de Aplicação e Distribuição de Resultados

O Conselho de Administração propõe, tendo em conta as disposições legais e estatutárias, que o resultado liquido negativo de 151.350.540 escudos cabo-verdianos (cento e cinquenta e um milhões trezentos e cinquenta mil quinhentos e quarenta escudos) seja totalmente incorporado nos Resultados Transitados.

15. Notas às Demonstrações Financeiras

(Montantes expressos em Escudos Cabo-verdianos)

ENQUADRAMENTO

O Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A. (BAICV ou BAI Cabo Verde, S.A.) é uma instituição de crédito de capitais privados, constituída sob a forma de sociedade anónima por escritura pública em 31 de Março de 2008, com o NIF 254746420, registada na Conservatória do Registo Predial, Comercial e Automóvel da Praia com o n.º 2728, registada no Banco de Cabo Verde com o n.º 01/2008, tendo iniciado a sua actividade em 21 de Outubro de 2008.

A sede do Banco está localizada no edifício Santa Maria R/C, Avenida de Lisboa, Chã D'Areia, na cidade da Praia.

Com um capital social de 2.000.000.000$00 (dois bilhões de escudos cabo-verdianos), totalmente realizado, o Banco tem como principais accionistas o BAI - Banco Angolano de Investimentos, S.A., a Sonangol Cabo Verde - Sociedade de Investimentos, S.A. e a SOGEI- Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.

O BAICV apresenta-se como um banco universal, podendo praticar todas as operações bancárias e financeiras permitidas por lei. Entretanto, o Banco tem como estratégia o desenvolvimento de actividade de banca de empresas, Project finance, banca de investimentos e *private banking*.

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do BAI Cabo Verde, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foram aprovados pelo Conselho de Administração do Banco, em 19/04/2012, sendo tais documentos colocados à disposição dos accionistas a partir de 20/04/2012, devendo os mesmos ser sujeitos à aprovação da Assembleia Geral, convocada para o efeito, a realizar em 22/04/2012.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão reportam ao BAICV enquanto instituição individual e encontram-se expressas em Escudos Cabo-verdianos (ECV), sendo os montantes divulgados nas Demonstrações Financeiras referidos à unidade daquela moeda.

NOTA 1 - BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E COMPARABILIDADE

As Demonstrações Financeiras do BAICV foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental, mantidos de acordo com os princípios consagrados no Novo Plano de Contas (Conforme o Anexo à Instrução nº135/2009 do BCV), e demais disposições emitidas pelo Banco de Cabo Verde, na sequência da competência que lhe é conferida pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As Demonstrações Financeiras do Banco referente aos exercícios de 2011 e 2012, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF ou IFRS), tal como determinado pelo Banco de Cabo Verde no seu aviso nº 2/2007, e são directamente comparáveis.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Normas e Interpretações que se tornaram de aplicação efectiva a 1 de Janeiro de 2012:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
EMENDAS:		
IFRS 7 – Emenda (Transferência de activos financeiros)	1-Jul-11	Esta emenda vem exigir um maior número de divulgações relativamente a transferências de activos financeiros.

Novas normas e alterações a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Janeiro de 2013 ou em data posterior:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NORMAS OU INTERPRETAÇÕES NOVAS OU REVISTAS:		
IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 11 – Acordos conjuntos	01-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 – Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 – Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
IFRS 12 – Divulgações sobre participações noutras entidades	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IFRS 13 – Mensuração de justo valor	01-Jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
EMENDAS:		
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos.
IAS 12 – Emenda (recuperação de activos por impostos diferidos)	01-Jan-13	Esta emenda fornece uma presunção de que a recuperação de propriedades de investimento mensuradas ao justo valor de acordo com a IAS 40 será realizada através da venda.
IAS 19 – Emenda (planos pensões de benefícios definidos) (2011)	01-Jan-13	Esta emenda vem introduzir algumas alterações relacionadas com o relato sobre os planos de benefícios definidos, nomeadamente: (i) os ganhos/perdas actuariais passam a ser reconhecidos na totalidade em reservas (deixa de ser permitido o método do "corredor"); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro à responsabilidade e aos activos do plano. A diferença entre o retorno real dos activos do fundo e a taxa de juro única é registada como os ganhos/perdas actuariais; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros.
IFRS 1 – Emenda (Hiperinflação)	01-Jan-13	Esta emenda fornece orientações sobre como as entidades devem apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as IFRS após um período em que não as puderam apresentar pelo facto da sua moeda funcional estar sujeita a hiperinflação severa.
IAS 1 – Emenda (Outro Rendimento Integral)	01-Jul-12	Esta emenda refere-se às seguintes alterações: (i) os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral.
IFRS 7 – Emenda (2011)	01-Jan-13	Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares.
IAS 32 – Emenda (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma devido à diversidade na aplicação dos requisitos de compensação.
IFRIC 20 – Registo de certos custos na fase de produção de uma mina a céu aberto (2011)	01-Jan-13	Esta interpretação clarifica o registo de certos custos durante a fase de produção numa mina a céu aberto.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2010)	01-Jan-15	Esta norma estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos activos financeiros.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (Maio de 2012)	Várias (usualmente 1-Jan-13)	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente a IAS 16 e a IAS 32.
IFRS 1 –Emenda (subsidios governamentais)	01-Jan-13	Cria uma excepção à aplicação retrospectiva dos requisitos definidos na IAS 20 para aplicação a subsídios governamentais concedidos a taxas de juro bonificadas.
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – Emendas (regras de transição)	01-Jan-13	Emendas às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 de modo a clarificar as regras do processo de transição para as referidas normas.

É convicção do Conselho de Administração que a aplicação destas novas normas e interpretações não terá um impacto material nas demonstrações financeiras do Banco.

NOTA 2 - PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.1. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.1.1. ACTIVOS FINANCEIROS

Os activos financeiros são reconhecidos pelo BAICV na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

O BAICV classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, créditos e outros valores a receber, activos financeiros detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda.

A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

Para efeitos de interpretação o justo valor é o montante pelo qual um activo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e com igual interesse em efectuar a transacção. Na data de transacção ou negociação de uma operação, o justo valor é geralmente o valor pelo qual foi efectuada a transacção.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor de activos financeiros é determinado com base em:

- ✓ Preços de um mercado activo;
- ✓ Técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("discounted cash flows") conforme seja apropriado; ou

- ✓ Preços obtidos junto de contraparte independente.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular.

Para os casos em que não é possível calcular com fiabilidade o justo valor, nomeadamente instrumentos de capital ou instrumentos financeiros derivados sobre instrumentos de capital, o registo é efectuado ao custo de aquisição.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.1.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta categoria inclui os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros designados na opção de justo valor.

Um activo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respectivamente.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os activos financeiros que cumpram os seguintes requisitos:

- ✓ eliminem ou reduzam significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes, denominada "uma falta de balanceamento contabilística");

- ✓ um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base; ou

- ✓ se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo o IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura.

A avaliação destes activos é efectuada periodicamente com base no justo valor. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram registados nesta categoria inclui o montante de juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidas em resultados.

2.1.3. CRÉDITO E OUTROS VALORES A RECEBER E PROVISÕES

Os créditos e outros valores a receber compreendem todos os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a actividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo operações de locação financeira mobiliária e imobiliária, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e não podem ser reclassificados para as restantes categorias de activos financeiros.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito) são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método *pró-rata temporis*, quando se tratem de operações que produzam fluxos de rédito ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

Os créditos a clientes apenas são abatidos ao balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem substancialmente transferidos todos os riscos e benefícios associados à sua pertença.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam um (1) dia após o seu vencimento. Considera igualmente nestas situações, o montante do capital vincendo associado ao vencido. Os juros de crédito vencidos, são abatidos ao activo 90 dias após a data de vencimento da prestação em atraso.

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados em contas extra-patrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando:

(i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial; e

(ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade.

2.1.4. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Os investimentos a deter até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determinados e maturidade fixa, que o BAICV demonstrou intenção e capacidade de manter até à

maturidade. A venda de uma parte significativa destes activos dá origem a uma reclassificação para a rubrica de disponíveis para venda.

No reconhecimento inicial os activos financeiros detidos até à maturidade são registados pelo justo valor, que geralmente inclui valores de comissões ou taxas.

Posteriormente, estes activos financeiros são valorizados ao custo amortizado de acordo com o método de taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros corridos, as diferenças entre o valor de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e os valores de comissões ou taxas consideradas incrementais são registados em resultados (de acordo com o método de taxa efectiva).

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquido da imparidade reconhecida.

2.1.5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta categoria inclui:

(i) Activos cuja intenção é a sua detenção por um período de tempo indeterminado incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade;

(ii) outros instrumentos financeiros que no reconhecimento inicial aqui foram enquadrados, ou

(iii) não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39, acima descritas.

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda são registados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

As variações, ganhos ou perdas, resultantes de alterações no justo valor destes activos são reconhecidas nos capitais próprios na rubrica de reservas de reavaliação, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de reavaliação é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros corridos, diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e comissões incrementais, são registados em resultados, de acordo com o método de taxa efectiva. Os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os indícios de evidência de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, são:

(i) para títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação; e

(ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa do activo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para

resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.2.PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados:

(i) Inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos; e

(ii) Subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Caso o Banco recompre dívida emitida, esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registada em resultados.

2.3.INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os Instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Banco negoceia os contratos e são subsequentemente reavaliados ao justo valor. O justo valor é obtido através de preços de mercados cotados em mercados activos, incluindo transacções de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente: modelos de fluxos de caixa descontados.

Os derivados são considerados como activos no balanço, quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo, e com ganhos e perdas reconhecidos em resultados do exercício.

Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rendibilidade de instrumentos de dívida ao valor das acções ou índices de acções, são bifurcados e tratados como derivados separados, quando o seu risco e características económicas não sejam íntima e claramente relacionadas com os do contrato hospedeiro e este não for mensurado ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os derivados são também registados em contas extra-patrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional).

2.4. ACTIVOS E PASSIVOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada exclusivamente em função das respectivas moedas.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para escudos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As conversões ou os valores em moeda estrangeira, são convertidos para ECV e as diferenças cambiais são reconhecidas em resultados.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

A) POSIÇÃO CAMBIAL À VISTA

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo de permuta de divisas e adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Cabo Verde, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos ou proveitos.

B) POSIÇÃO CAMBIAL A PRAZO

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação e que não estejam a cobrir a posição cambial à vista, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro das respectivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em escudos às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em escudos às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

2.5.RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.6.RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- ✓ Rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- ✓ Rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos no período a que se referem; e
- ✓ Rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Os rendimentos de serviços e comissões associados à prestação de serviços na área de "Corporate Finance" são reconhecidos em resultados, na medida em que são prestados por contrapartida da rubrica de Outros activos, independentemente de serem de imediato facturados, ou quando o plano financeiro difere do plano de realização do trabalho e assim dá origem ao registo dos acréscimos de proveitos associados. Os custos inerentes a estes serviços são essencialmente constituídos por custos com o pessoal, que são registados em resultados, na rubrica correspondente, à medida que são incorridos.

2.7.ACTIVOS INTANGÍVEIS

O Banco regista nesta rubrica, essencialmente, custos de aquisição de sistemas informáticos, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição e amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período de três (3) anos.

Os custos de manutenção de software são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.8. ACTIVOS TANGÍVEIS

Encontram-se nesta rubrica os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são directamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

As amortizações dos activos tangíveis e intangíveis, são calculadas segundo o método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondendo ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Obras em edifícios arrendados	10
Mobiliário e Material	8 -12
Máquinas e Ferramentas	4 - 6
Equipamento Informático	4 - 5
Instalações Interiores	8
Material de Transporte	8
Material de Segurança	10
Outros equipamentos	10
Outros activos intangíveis	3

Os custos subsequentes com activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas de manutenção e reparação são reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Estes activos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é o maior de entre o valor de mercado do activo deduzido de custos de venda e o seu valor de uso.

2.9.LOCAÇÃO FINANCEIRA

A contabilização de um contrato de locação é efectuada de acordo com o tipo de contrato, isto é, se o Banco assume o papel de locador ou locatário:

Como Locador:

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

Como Locatário:

Os activos adquiridos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo imobilizado e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros e encargos suportados são registados como custos financeiros durante o prazo da locação.

2.10. PROVISÕES E IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS

As provisões são reconhecidas quando:

(i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva;

(ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e

(iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidos indícios de imparidade sempre que:

- ✓ se verifique incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente nos pagamentos de juros ou capital;
- ✓ se verifiquem dificuldades financeiras significativas do devedor ou emissor da dívida;
- ✓ se verifique existência de elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou emissor da dívida;
- ✓ se verifique comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal possa não ser recuperado na totalidade;
- ✓ se conheça informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; ou
- ✓ se verifique um declínio prolongado e significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

2.11. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

O Banco não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

O Banco poderá atribuir remunerações extraordinárias aos empregados, não decorrentes de obrigações contratuais. Estas remunerações são atribuídas por deliberação do Conselho de Administração, numa data não determinada de um dado exercício e são pagas nesse mesmo exercício.

No entanto sempre que se verifiquem determinados pressupostos, designadamente o cumprimento por excesso dos objectivos de negócio previstos para o período, poderá o Conselho de Administração prever nesse período uma dotação para remuneração extraordinária a ser paga aos colaboradores.

2.12. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual a um preço considerado razoável em relação ao seu justo valor corrente;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Nos casos em que o activo não seja alienado no prazo de um ano, o Banco avalia se continuam a ser cumpridos os requisitos, nomeadamente a venda não ocorreu por razões alheias ao Banco, que o Banco desenvolveu todas acções necessárias para a venda se pudesse concretizar e que o activo continua a ser activamente publicitado e a preços de venda razoáveis face às circunstâncias de mercado.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

2.13. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica inclui a participação do Banco num empreendimento conjunto sobre o qual o Banco detém uma percentagem sobre o empreendimento, correspondente ao montante do investimento realizado e posteriormente ao montante de distribuição de lucros.

Estes activos encontram-se registados pelo custo de aquisição, sendo objecto de análises de imparidade periódicas.

Os resultados distribuídos são registados como proveitos no exercício em que se efectiva a venda das várias parcelas do empreendimento.

2.14. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto Único sobre Rendimento (Decreto-Lei nº1/96, de 15 de Janeiro).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base na matéria colectável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor.

O Banco regista impostos diferidos decorrentes (i) das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, para efeitos de tributação em sede de IUR, e (ii) dos prejuízos fiscais apurados a utilizar em exercícios futuros. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

A taxa utilizada no cálculo do imposto diferido é a aplicável para o exercício de 2012, sendo esta de 25%.

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são deduzidos aos lucros tributáveis, de um ou mais dos três exercícios seguintes.

2.15. VALORES RECEBIDOS EM DEPÓSITO

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos que compõem carteiras de clientes, encontram-se registados pelo seu valor de mercado e caso não exista, ao valor nominal.

2.16. CAPITAL

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.
Todos os custos directamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.
As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.17. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, as disponibilidades em bancos centrais, bem como as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

2.18. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

A) PERDAS POR IMPARIDADE NO CRÉDITO A CLIENTES

O Banco aprecia a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de registar perdas por imparidade. Esta avaliação é efectuada pelo Banco com base no conhecimento específico da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações de crédito.

B) JUSTO VALOR DE ACTIVOS FINANCEIROS NÃO COTADOS OU COTADOS EM MERCADO NÃO ACTIVO

O justo valor destes activos foi determinado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, cujos resultados dependem dos pressupostos utilizados.

C) IMPOSTOS DIFERIDOS

O Banco reconheceu impostos diferidos activos no pressuposto da existência de matéria colectável futura e tendo por base a legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal e/ou variações face aos lucros tributáveis previstos, podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

NOTA 3 - GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

O Banco encontra-se exposto a diversos tipos de riscos financeiros: risco de crédito, risco de mercado, risco cambial, risco de taxa de juro e risco de liquidez.

O processo de gestão dos riscos do Banco respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da actuação de cada uma das áreas envolvidas.

Os riscos da actividade do Banco, nomeadamente os riscos de crédito, de taxa de juro, de câmbio, de liquidez, operacional e de *compliance*, são analisados e controlados pelo Conselho de Administração do Banco tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado. Complementarmente, existe um conjunto de procedimentos de controlo instituídos que garante um nível de risco adequado.

A verificação pelo órgão responsável da realização dos objectivos e orientações estabelecidos, é garantida pela existência de um sistema de "reporting" de periodicidade variável em função da natureza dos riscos, que permite aferir com rigor e tempestividade da evolução das principais variáveis de negócio e conferir capacidade de gestão pró-activa.

3.1. RISCO DE CRÉDITO

O Banco assume exposições de risco de crédito, que se traduzem na possibilidade de perda de valor do activo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade da contraparte em assegurar os seus compromissos para com o Banco.

A actividade comercial do Banco, relativamente à concessão de crédito situa-se na sua totalidade no espaço nacional, do que resulta a inexistência de activos sujeitos a risco país; por outro lado a maior parte das operações de médio e longo prazo encontram-se colateralizadas por garantias reais.

O processo de controlo do risco de crédito, passa pela análise rigorosa que incide sobre cada uma das propostas de créditos presentes ao Órgão competente para sua aprovação. Estão estabelecidos nos manuais de controlo interno do Banco quais os requisitos para que o crédito seja aprovado. Após a aprovação, a performance do crédito é monitorizada regularmente permitindo a antecipação de eventuais dificuldades de cumprimento e a identificação imediata de incumprimentos. Este acompanhamento e o diálogo que, nessas circunstâncias é estabelecido com os mutuários em questão, têm permitido na generalidade dos casos, não só a cabal regularização das moras incorridas, mas ainda o atento acompanhamento das condições em que os mesmos se encontram a operar, prevenindo e antecipando as consequências da sua eventual deterioração.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito que assume através de limites estabelecidos de montantes de risco aceitável em relação ao mutuário ou grupo de mutuários, designadamente para montantes que possam vir a configurar-se como grandes riscos.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida conforme apresentado nos quadros abaixo:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS	31-Dez-12		
	Valor Contabilístico	Provisões e Imparidade	Valor Contabilístico Líquido
Patrimoniais			
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	479.936.206		479.936.206
Disponibilidades em OIC's	363.560.546		363.560.546
Aplicações em IC	558.131.826		558.131.826
Créditos a Clientes	3.993.723.500	126.733.542	3.866.989.958
Activos Financeiros Detidos para Negociação	1.831.072.299		1.831.072.299
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	502.044.855		502.044.855
Activos Financeiros disponíveis para venda	1.143.510		1.143.510
Outros activos	232.068.801		232.068.801
Total Patrimoniais	**7.961.681.543**	**126.733.542**	**7.834.948.001**
Extra-Patrimoniais			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	253.450.693		253.450.693
Créditos documentários abertos	43.702.012		43.702.012
Compromissos Perante Terceiros (Revogáveis)	321.326.716		321.326.716
Total Extra-Patrimoniais	**618.479.422**		**618.479.422**
Total	**8.580.160.965**	**126.733.542**	**8.453.427.423**

INSTRUMENTOS FINANCEIROS	31-Dez-11		
	Valor Contabilístico	Provisões e Imparidade	Valor Contabilístico Líquido
Patrimoniais			
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	494.438.533		494.438.533
Disponibilidades em OIC's	50.940.948		50.940.948
Aplicações em IC	1.894.153.908		1.894.153.908
Créditos a Clientes	3.411.417.242	86.366.024	3.325.051.218
Activos Financeiros Detidos para Negociação	395.197.170		395.197.170
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	511.293.368		511.293.368
Activos Financeiros disponíveis para venda	1.143.510		1.143.510
Outros activos	501.338.935		501.338.935
Total Patrimoniais	**7.259.923.614**	**86.366.024**	**7.173.557.590**
Extra-Patrimoniais			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	138.742.533		138.742.533
Créditos documentários abertos	47.799.878		47.799.878
Compromissos Perante Terceiros (Revogáveis)	287.652.232		287.652.232
Total Extra-Patrimoniais	**474.194.643**		**474.194.643**
Total	**7.734.118.257**	**86.366.024**	**7.647.752.233**

Os quadros anteriores representam o pior cenário (*worst case scenario*) a nível de exposição do Banco a risco de crédito de clientes em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, pois não foram tidas em consideração as garantias detidas ou outras melhorias de crédito.

No que se refere à mensuração do risco de crédito, o Banco avalia regularmente a existência de evidência de situações de risco no âmbito do reporte para o Banco de Cabo Verde.

Neste contexto a metodologia e os pressupostos utilizados no cálculo da imparidade serão apreciados pela Comissão Executiva.

Tendo em consideração a dimensão da carteira de crédito, a metodologia utilizada na mensuração do respectivo risco assenta em larga medida na análise individual das operações vivas e vencidas em cada data de apreciação.

Para os activos em balanço, a exposição definida é baseada no montante escriturado como reportado na face do Balanço.

O Banco não se encontra exposto ao risco país na sua carteira de crédito, pois a totalidade dos clientes de crédito são residentes em Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2012, o número de operações de crédito com prestações de capital vencidos era de 45 (17 em 31 de Dezembro de 2011).

O saldo das operações de crédito que registam incumprimento nos prazos indicados a 31 de Dezembro de 2012 é o seguinte:

	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	a mais de 360 dias	Total
Empresas	**934.308**	**2.543.110**	**13.555.562**	**1.354.446**	**169.900.380**	**195.777.078**	**384.064.883**
Conta Corrente Caucionada	934.308				31.050.000	2.500.000	34.484.308
Crédito automóvel		2.543.110					2.543.110
Crédito à Construcão						420.664	420.664
Crédito Turismo e a Restauracão						3.676.800	3.676.800
Crédito Médio e Longo Prazo			13.555.562	1.354.446	138.850.380	189.179.614	342.940.002
							0
Particulares	**13.575.872**	**904.698**	**473.501**	**11.947.685**	**15.591.823**	**5.710.191**	**48.203.771**
Crédito Automóvel					2.490.910	515.744	3.006.653
Conta Corrente Caucionada						4.300.000	4.300.000
Crédito Pessoal	4.941.491	120.062				894.447	5.956.001
Conta Salário +	1.161.237	784.636	473.501	783.654	81.935		3.284.964
Crédito Habitação	7.473.144			11.164.031	13.018.979		31.656.153
Total	**14.510.180**	**3.447.809**	**14.029.063**	**13.302.131**	**185.492.203**	**201.487.269**	**432.268.654**

Os créditos concedidos a clientes cujos termos tenham sido renegociados, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos. Os procedimentos de reestruturação incluem: alargamento das condições de pagamento, planos de gestão aprovados, alteração e diferimento dos pagamentos. As práticas e políticas de reestruturação são baseadas em critérios que, do ponto de vista da gestão do Banco, indiciam que os pagamentos têm elevada probabilidade de continuar a ocorrer. Estas políticas são mantidas em constante revisão.

A 31 de Dezembro de 2012 a carteira do Banco apresentava 22 operações reestruturadas, as quais totalizavam 1.256.840.721 escudos cabo-verdianos (20 operações reestruturados a 31 de Dezembro de 2011, no montante de 877.816.555 escudos cabo-verdianos).

A análise dos créditos reestruturados por sector é a seguinte:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Empresas	**1.235.021.212**	**877.592.227**
Conta Corrente Caucionada	24.484.426	240.718.750
Crédito Médio e Longo Prazo	1.027.260.988	636.873.477
Crédito a Construção	183.275.798	
Particulares	**12.369.509**	**224.328**
Crédito Pessoal	3.323.036	224.328
Crédito Salário +	216.751	
Crédito Habitação	8.829.722	
Empregados	**9.450.000**	**0**
Crédito Salário +	950.000	
Crédito Habitação	8.500.000	
Total	**1.256.840.721**	**877.816.555**

Qualidade do crédito não vencido e sem imparidade

O quadro abaixo foi elaborado com base nos seguintes pressupostos:

i) Considerou-se como sinal de incumprimento o facto do cliente apresentar "sinais de imparidade";
ii) Considerou-se o saldo vencido e vincendo das operações que registam incumprimento nos prazos nas datas de referência;

	31-Dez-12		31-Dez-11	
	Clientes sem incumprimento	Clientes com incumprimento	Clientes sem incumprimento	Clientes com incumprimento
Empresas	**2.954.021.411**	**504.069.094**	**2.621.390.627**	**138.501.438**
Descoberto em depósitos à ordem	35.114.669	19.556.527	65.579.983	0
Crédito Automóvel	20.938.745	4.069.164	30.760.783	0
Crédito ao Turismo e Restauração		420.664		
Conta Corrente Caucionada	279.056.014	36.050.000	983.981.540	50.674.683
Crédito à Construcão	274.529.018	3.676.800	124.852.047	38.252.704
Crédito Modernização e Expansão	24.734.912		35.371.691	0
Crédito Hipotecário	19.372.121	14.720.439	19.752.248	0
Crédito Médio e Longo Prazo	2.296.384.721	425.575.501	1.356.404.424	49.574.051
Credito Habitação	3.891.211		4.687.911	0
Particulares	**373.356.450**	**44.567.002**	**199.778.556**	**49.909.802**
Descoberto em depósitos à ordem	164.515	3.292.193	7.591.361	0
Conta Corrente Caucionada		4.300.000		
Crédito Automóvel	33.862.120	3.006.653	19.922.848	3.943.919
Crédito Habitação	216.227.108	24.183.009	95.891.850	37.849.391
Crédito Construção	9.363.570		5.000.000	0
Crédito Hipotecário	14.000.000			
Crédito Medio e Longo Prazo	31.344.906		29.638.677	0
Crédito Pessoal	41.647.822	5.956.001	41.733.820	8.116.492
Crédito Salário Funcionário	575.806			
Crédito Salário +	26.170.603	3.829.146		
Empregados	**116.269.571**	**786.987**	**93.217.070**	**0**
Descoberto em depósitos à ordem	336		27.071	0
Crédito Automóvel	7.359.528		8.636.955	0
Crédito Habitação	89.990.221		67.405.349	0
Crédito Pessoal	953.609		17.147.695	0
Crédito Salário Funcionário	17.580.495	786.987		0
Crédito Salário +	385.383			0
Total	**3.443.647.432**	**549.423.083**	**2.914.386.253**	**188.411.240**

Créditos individualmente considerados em imparidade

A divisão do montante bruto de créditos a clientes individualmente considerados em imparidade é o seguinte:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Empresas	**913.108.484**	**1.305.808.766**
Conta Corrente Caucionada	116.218.750	107.608.750
Crédito à Construção	18.900.602	124.904.164
Crédito Automóvel	12.460.628	29.492.873
Crédito Habitação	3.891.211	4.687.911
Crédito Modernização e Expansão	24.734.912	35.371.691
Descoberto Autorizado	12.231.630	9.816.641
Empréstimo médio longo prazo		70.000.000
Crédito Médio e longo prazo	724.250.087	888.555.045
Crédito ao Turismo e Restauração	420.664	35.371.691
Particulares	**153.683.481**	**135.407.307**
Conta Corrente Caucionada	4.300.000	4.300.000
Crédito Automóvel	15.357.029	30.595.753
Crédito Habitação	96.752.447	16.023.550
Crédito Pessoal	7.808.506	26.533.901
Crédito Salário +	11.516.649	22.398.307
Crédito Salário Funcionário		16.205.853
Descoberto Autorizado	2.699.101	1.380.357
Crédito Médio e longo prazo	15.249.749	17.969.587
Total	**1.066.791.965**	**1.441.216.073**

3.2. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado surge na medida em que o Banco pode estar sujeito à possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados por flutuações em cotações de acções, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio.

O risco de mercado está associado, principalmente, à detecção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital em moedas, mercadorias ou derivados.

O risco de mercado inerente à carteira de negociação e de valores mobiliários detida pelo BAICV é objecto de definição de limites pelo Órgão do Banco (Comité de Investimento) competente para o efeito (por classes de activos, qualidade de risco das entidades emitentes de dívida, mercados/regiões geográficas susceptíveis de investimento, níveis de *stop loss* na carteira de negociação, etc.), bem como a rendibilidade esperada em cada caso, procedendo aquele mesmo Órgão à periódica avaliação de desempenho e revisão das orientações de investimento em função da avaliação das tendências de mercado.

	31-Dez-12	31-Dez-11
Títulos		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública caboverdiana	2.106.790.590	125.076.303
De outros residentes	726.326.565	781.414.235
Total	**2.833.117.154**	**906.490.538**

3.3. RISCO CAMBIAL

O risco de câmbio consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos da taxa de câmbio.

Este risco tem por base alterações no preço de Instrumentos que correspondam a posições abertas em moeda estrangeira (risco de transacção); alterações no valor contabilístico pela conversão para a moeda de escrituração das posições abertas em moeda estrangeira (risco de conversão); e alteração da posição competitiva do Banco devido a variações significativas das taxas de câmbio (risco económico de taxa de câmbio).

Os impactos negativos emergentes de flutuações de taxa de taxa de câmbio de curto prazo (risco de transacção) decorrem, normalmente, da actividade de negociação da instituição, incluindo "market making" e tomada e posições em moeda externa, pelo que a sua avaliação se encontra abrangida pelos tópicos do Risco de Mercado.

O contravalor, em escudos cabo-verdianos, dos elementos à vista do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira, à data de 31 de Dezembro de 2012 e 2011, decompõem-se como segue:

31-Dez-12

	EUR	USD	GBP	CHF	SEK	XOF	JPY	CAD	NOK	DKK	TOTAL
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	40.847.669	17.559.176	301.248	543.020	2.556	682.150	0	1.676	49.333	124.156	60.110.983
Disponibilidades em OIC's no Exterior	243.593.316	107.937.667	465.700	1.896.646	17.510	0	24.693	0	0	0	353.935.532
Outros activos											0
Total Activo	**284.440.986**	**125.496.844**	**766.948**	**2.439.666**	**20.066**	**682.150**	**24.693**	**1.676**	**49.333**	**124.156**	**414.046.516**
Recursos de OIC's	4.557.299.878	1.537.958	0	0	0	0	0	0	0	0	4.558.837.836
Recursos de Clientes	43.716.167	91.837.731	10.581	0	0	0	0	0	0	0	135.564.479
Outros passivos	8.213.633	2.969.149	0	0	0	0	0	0	0	0	11.182.782
Total Passivo	**4.609.229.679**	**96.344.837**	**10.581**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**4.705.585.097**
Exposição líquida	**-4.324.788.693**	**29.152.006**	**756.367**	**2.439.666**	**20.066**	**682.150**	**24.693**	**1.676**	**49.333**	**124.156**	**-4.291.538.581**

31-Dez-11

	EUR	USD	GBP	CHF	SEK	XOF	JPY	CAD	NOK	DKK	TOTAL
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	24.568.696	41.511.854	249.942	3.096.396	16.895	792.423		10.032	95.032	2.696.445	73.037.715
Disponibilidades em OIC's no Exterior	23.119.988	1.706.657	280.572	2.573.574			28.050				27.708.841
Outros activos	794.603	1.283									795.886
Total Activo	**48.778.797**	**43.219.794**	**530.514**	**5.669.970**	**16.895**	**792.423**	**28.050**	**10.032**	**95.032**	**2.696.445**	**101.837.952**
Recursos de OIC's	3.009.924.656	577.558.108									3.587.482.764
Recursos de Clientes	91.665.114	44.874.162									136.539.276
Outros passivos	8.210.691	2.971.102									11.181.793
Total Passivo	**3.109.800.461**	**625.403.372**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**3.735.203.833**
Exposição líquida	**-3.061.021.664**	**-582.183.578**	**530.514**	**5.669.970**	**16.895**	**792.423**	**28.050**	**10.032**	**95.032**	**2.696.445**	**-3.633.365.881**

Como decorre da análise destes quadros, com excepção ao Dólar, o risco cambial do Banco relativamente a moedas diferentes daquela que é a base da sua actividade (escudos cabo-verdianos) é praticamente irrelevante à data de 31 de Dezembro de 2012, se tivermos em consideração que o câmbio do Euro face ao ECV tem paridade fixa.

3.4. RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro decorre da possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidade ou de prazos de refixação de taxas de juros, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e as taxas pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extra-patrimioniais.

O quadro abaixo apresenta a sensibilidade do Banco ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, sendo que os prazos apresentados correspondem ao prazo residual que decorre até à próxima actualização ou vencimento de taxa de juro contratada para cada uma das aplicações:

	31-Dez-12								
Instrumentos Financeiros	**Até 1 Mês**	**1 a 3 Meses**	**3 a 6 Meses**	**6 a 12 Meses**	**1 a 2 Anos**	**2 a 5 Anos**	**+5 Anos**	**Insensível**	**Total**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais								479.936.206	479.936.206
Disponibilidades em Outras IC								363.560.546	363.560.546
Aplicações em IC	559.000.000	0	0	0	0	0	0	-868.174	558.131.826
Crédito a clientes	58.199.563	57.294.595	114.218.132	112.511.341	405.474.623	836.758.598	1.976.345.009	306.188.097	3.866.989.958
Activos Financeiros Detidos para Negociação	50.579.086	0	0	30.000.000	59.153.577	1.620.829.674	30.000.000	40.509.962	1.831.072.299
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	469.617.413	0	0	0	0	0	32.427.443	502.044.855
Activos Financeiros disponíveis para venda								1.143.510	1.143.510
Investimentos detidos até maturidade	0	0	200.000.000	300.000.000	0	0	0	-15.148.335	484.851.665
Total Activos	667.778.649	526.912.008	314.218.132	442.511.341	464.628.200	2.457.588.272	2.006.345.009	1.207.749.256	8.087.730.866
									0
Recursos de Instituições Financeiras	220.530.000	275.662.500	2.579.769.999	367.680.288	0	0	0	1.137.580.466	4.581.223.253
Recursos de Clientes	164.431.423	129.418.239	389.443.952	224.833.422	45.812.231	74.192.902	0	1.387.296.825	2.415.428.993
Outros passivos subordinados	0	0	0	0	0	1.000.000.000	0	168.807	1.000.168.807
Total Passivos	384.961.423	405.080.739	2.969.213.952	592.513.710	45.812.231	1.074.192.902	0	2.525.046.098	7.996.821.053
Gap de taxa de juro	282.817.227	121.831.269	-2.654.995.820	-150.002.369	418.815.969	1.383.395.370	2.006.345.009		
Gap de taxa de juro acumulado	282.817.227	404.648.496	-2.250.347.325	-2.400.349.693	-1.981.533.724	-598.138.354	1.408.206.655		

Nos prazos 3 a 6 meses e 6 a 12 meses, o BAICV registou um Gap de taxa de juro negativo, ou seja, o banco possui Activos sensíveis a taxa de juro em montante inferior aos Passivos Sensíveis. Este facto significa que o banco está sujeito a perdas em termos de margem financeira, se houver subida nas taxas de juro, e ganhos de margem financeira se as taxas de juro caírem.

Nos prazos até 1 mês, 1 a 3 meses, 1 a 2 anos e 2 a 5 anos e +5 anos, o banco registou Gaps de taxa de juro positivos, ou seja, os Activos Sensíveis foram superiores aos Passivos Sensíveis a taxa de juro.

	31-Dez-11								
Instrumentos Financeiros	**Até 1 Mês**	**1 a 3 Meses**	**3 a 6 Meses**	**6 a 12 Meses**	**1 a 2 Anos**	**2 a 5 Anos**	**+5 Anos**	**Insensível**	**Total**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais								494.438.533	494.438.533
Disponibilidades em Outras IC								50.940.948	50.940.948
Aplicações em IC	1.879.372.000							14.781.908	1.894.153.908
Crédito a clientes	113.687.938	29.867.271	824.871.831	47.920.995	393.419.027	649.538.188	1.043.492.244	222.253.724	3.325.051.217
Activos Financeiros Detidos para Negociação	50.842.156				30.393.022	275.211.556	30.619.961	8.130.475	395.197.170
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		348.028.005				149.109.876		14.155.487	511.293.368
Activos Financeiros disponíveis para venda								1.143.510	1.143.510
									0
Total Activos	2.043.902.093	377.895.276	824.871.831	47.920.995	423.812.049	1.073.859.619	1.074.112.205	805.844.585	6.672.218.654
									0
Recursos de Instituições Financeiras	2.392.557.500	275.662.500	594.999.999					365.930.097	3.629.150.096
Recursos de Clientes	108.452.003	41.193.969	67.349.586	105.991.067	246.320.886	34.831.483	281.515.734	1.125.290.889	2.010.945.616
Outros passivos subordinados							1.000.000.000	-293.221	999.706.779
Total Passivos	2.501.009.503	316.856.469	662.349.586	105.991.067	246.320.886	34.831.483	1.281.515.734	1.490.927.765	6.639.802.491
Gap de taxa de juro	-457.107.409	61.038.807	162.522.245	-58.070.072	177.491.163	1.039.028.136	-207.403.528		
Gap de taxa de juro acumulado	-457.107.409	-396.068.603	-233.546.357	-291.616.429	-114.125.266	924.902.871	717.499.342		

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Banco tinha a maioria dos seus activos e passivos indexadas à taxas fixas, pelo que a exposição ao risco de taxa de juros pelo efeito da exposição a taxas variáveis é pouco significativo.

3.5. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez decorre da possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A política de controlo de risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objectivo o financiamento adequado dos seus activos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação regular do seu *gap* de liquidez.

No que diz respeito à análise do risco de liquidez, para além das obrigações a que está sujeito para com o Banco de Cabo Verde, o Banco ainda recorre ao conceito de gap de liquidez, isto é, a partir do balanço do Banco, conjugando-o com os vencimentos das operações activas e passivas, obtém-se uma posição desagregada (positiva ou negativa) segundo os prazos residuais de vencimento das operações.

O quadro seguinte apresenta os prazos contratuais residuais relativos aos activos e passivos financeiros pelos respectivos intervalos de maturidade relevantes, no final do mês de Dezembro de 2012 e 2011. Os montantes apresentados são fluxos de caixa contratuais não descontados:

	31-Dez-12						
Instrumentos Financeiros	**À vista**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 5 anos**	**+5 Anos**	**Prazo indeterm.**	**Total**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	479.936.206						479.936.206
Disponibilidades em OIC's no país	9.625.014						9.625.014
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro	353.935.532						353.935.532
Aplicações em IC		558.131.826					558.131.826
Crédito a clientes		115.494.159	226.729.473	1.242.233.220	1.976.345.009	306.188.097	3.866.989.958
Activos Financeiros Detidos para Negociação			30.000.000	1.735.901.709	30.000.000	35.170.590	1.831.072.299
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados			0	349.015.440	153.029.415		502.044.855
Activos Financeiros disponíveis para venda						1.143.510	1.143.510
Investimentos detidos até a maturidade			484.851.665				484.851.665
Activos não correntes detidos para venda				33.172.000			33.172.000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				180.096.683			180.096.683
Outros Activos						232.782.529	232.782.529
Total Activos	843.496.752	673.625.985	741.581.138	3.540.419.053	2.159.374.424	575.284.727	8.533.782.078
Recursos de Instituições Financeiras	1.111.334.403	496.192.500	2.947.450.287			26.246.063	4.581.223.253
Recursos de Clientes	1.371.229.909	293.849.661	614.277.374	120.005.133		16.066.916	2.415.428.993
Outros passivos subordinados				1.000.168.807			1.000.168.807
Outros Passivos		92.197.287				15.716.000	107.913.287
Total Passivos	2.482.564.312	882.239.448	3.561.727.662	1.120.173.940		58.028.978	8.104.734.341
Gap de Liquidez	-1.639.067.560	-208.613.463	-2.820.146.524	2.420.245.112	2.159.374.424	517.255.748	429.047.738
Gap de Liquidez acumulado	-1.639.067.560	-1.847.681.023	-4.667.827.547	-2.247.582.435	-88.208.010	429.047.738	

Apesar do GAP negativo, existe a expectativa e tendo por base o comportamento histórico, da renovação de uma parte significativa dos passivos.

	31-Dez-11						
Instrumentos Financeiros	**À vista**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 5 anos**	**+5 Anos**	**Prazo indeterm.**	**Total**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	494.438.533						494.438.533
Disponibilidades em OIC's no país	23.232.106						23.232.106
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro	27.708.842						27.708.842
Aplicações em IC		1.894.153.908					1.894.153.908
Crédito a clientes		143.555.208	872.792.826	1.042.957.215	1.040.492.244	225.253.724	3.325.051.218
Activos Financeiros Detidos para Negociação		52.338.150	6.634.481	305.604.578	30.619.961		395.197.170
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		362.183.492		149.109.876			511.293.368
Activos Financeiros disponíveis para venda						1.143.510	1.143.510
Outros Activos				423.346.420		45.850.362	469.196.782
Total Activos	545.379.481	2.452.230.759	879.427.307	1.921.018.088	1.071.112.205	272.247.596	7.141.415.436
Recursos de Instituições Financeiras	365.930.097	2.668.220.000	594.999.999				3.629.150.096
Recursos de Clientes	1.125.290.889	149.645.972	173.340.653	281.152.369	281.515.734		2.010.945.616
Outros passivos subordinados		-293.221			1.000.000.000		999.706.779
Outros Passivos		100.153.025				12.222.507	112.375.532
Total Passivos	1.491.220.986	2.917.725.776	768.340.653	281.152.369	1.281.515.734	12.222.507	6.752.178.023
Gap de Liquidez	-945.841.505	-465.495.017	111.086.654	1.639.865.720	-210.403.528	260.025.090	389.237.414
Gap de Liquidez acumulado	-945.841.505	-1.411.336.522	-1.300.249.867	339.615.852	129.212.324	389.237.414	

3.6. GESTÃO DE CAPITAL

O Banco gere o seu capital de forma rigorosa, de forma a optimizar a sua alocação e garantir o cumprimento das normas prudenciais (Avisos nº 3/2007 e 4/2007 do Banco de Cabo Verde).

Conforme evidenciado no quadro abaixo, o Banco apresenta, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, um nível de solvabilidade acima do valor mínimo (10%) fixado pelo Banco de Cabo Verde.

	31-Dez-12	31-Dez-11
Fundos próprios de base elegíveis	763.685.055	913.210.023
Fundos próprios complementares	381.849.644	456.612.127
Fundos próprios antes das deduções	**1.145.534.699**	**1.369.822.150**
Parte que excede o limite concentração risco	506.816.592	726.745.060
Insuficiência de liquidez	0	0
Fundos Próprios	**638.718.107**	**643.077.090**
Total dos activos ponderados	**5.969.619.217**	**5.747.751.931**
Rácio de solvabilidade	**10,70%**	**11,19%**

NOTA 4 - JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor, sempre que possível, é estimado, utilizando cotações em mercados activos.

Nas rubricas em que não é contabilisticamente registado alteração do justo valor, tal facto é justificado pela aproximação razoável ao justo valor da quantia escriturada, tendo por comparação taxas aplicáveis a estes activos à data de referência das demonstrações financeiras para os mesmos prazos.

Tendo em conta a maturidade das operações e o tipo de taxa de juro, o Banco considera não significativa a diferença entre o justo valor e o valor por que se encontram registadas, atendendo a que as taxas aplicáveis a estes activos e passivos são taxas de mercado:

- ✓ Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais:
  - são constituídas por notas e moedas e depósitos à ordem, e atendendo-se ao curto prazo destes activos o justo valor é idêntico ao valor por que se encontram registados.
- ✓ Disponibilidades em outras instituições de crédito:
  - são constituídas por depósitos à ordem, sendo activos de muito curto prazo e as taxas aplicáveis consideradas taxas de mercado, pelo que o justo valor é idêntico ao valor de registo contabilístico.
- ✓ Aplicações em instituições de crédito:
  - tendo por base os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.
- ✓ Crédito a clientes:

- o justo valor é idêntico ao valor contabilístico, considerando que as taxas aplicáveis são de acordo com o nosso preçário e uma média das taxas de mercado (taxa directora do banco central, acrescida de um *spread*), com excepção de créditos aos colaboradores cujas taxas são bonificadas. Esse justo valor do crédito, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, de acordo com o vencimento nas datas contratualmente definidas.

✓ Recursos de clientes:

- o justo valor é idêntico ao valor por que se encontram registados de acordo com as instruções do cliente, considerando que as taxas aplicáveis estão conforme o nosso preçário, preparado com base na estratégia comercial definida pelo Banco e nas taxas de mercado.

✓ Investimentos detidos até à maturidade:

- tendo por base os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

NOTA 5 – MARGEM FINANCEIRA

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Juros e Rendimentos Similares	**525.779.836**	**359.060.013**
Disponibilidades em IC's	4.261	600
Aplicações em IC's	135.413.457	59.987.469
Crédito a clientes	314.585.400	242.241.391
Activos financeiros	75.776.718	56.830.553
Juros e Encargos Similares	**221.984.079**	**176.073.391**
Recursos de IC's	120.363.560	74.572.965
Recursos de clientes	41.224.939	41.416.331
Passivos subordinados	59.462.029	59.435.355
Outros juros e encargos similares	933.551	648.740
Margem Financeira	**303.795.757**	**182.986.622**

NOTA 6 – RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Comissões recebidas por:	**45.779.463**	**40.578.791**
Garantias prestadas	4.967.831	3.771.927
Serviços prestados	20.786.062	17.372.592
Operações realizadas por conta de terceiros	7.217.050	8.396.359
Outras	12.808.520	11.037.913
Comissões pagas por:	**5.135.918**	**3.671.254**
Instrumentos financeiros	75.585	1.145.038
Serviços bancários prestados por terceiros	665.455	951.378
Por operações realizadas por terceiros	1.994.878	1.574.838
Outras	2.400.000	
Comissões liquidas	**40.643.545**	**36.907.537**

NOTA 7 – RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Ganhos em activos financeiros:	**35.844.534**	**789.045**
Detidos para negociação	26.933.401	619.961
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8.911.133	169.084
Perdas em activos financeiros:	**49.735.594**	**13.003.646**
Detidos para negociação	11.605.692	3.654.336
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	38.129.902	9.349.310
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor atraves de resultados	**-13.891.060**	**-12.214.601**

NOTA 8 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Ganhos em operações cambiais:	**480.195.586**	**442.844.885**
Na posição cambial à vista	480.195.586	442.844.885
Perdas em operações cambiais:	**451.053.678**	**444.979.651**
Na posição cambial à vista	451.053.678	444.979.651
Resultados de reavaliação cambial	**29.141.908**	**-2.134.766**

NOTA 9 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Ganhos em activos não financeiros:	**236.765**	**61.458**
Outros activos tangíveis	236.765	61.458
Perdas em activos não financeiros:	**4.820.851**	**0**
Outros activos tangíveis	4.820.851	0
Resultados de alienação de outros activos	**-4.584.086**	**61.458**

NOTA 10 – OUTROS RESULTADOS EXPLORAÇÃO

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Rendimentos de exploração por:	**11.670.916**	**3.481.150**
Ganhos em activos não financeiros	0	0
Outros	11.670.916	3.481.150
Gastos de exploração por:	**5.253.519**	**20.107.402**
Quotizações e donativos	1.425.757	3.532.203
Impostos indirectos	62.612	349.906
Outros	3.765.150	16.225.293
Outros resultados de exploração	**6.417.397**	**-16.626.252**

NOTA 11 – CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com pessoal podem ser analisados no quadro que se segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Remuneração dos órgãos de gestão	**28.993.300**	**34.726.075**
Remuneração Mensal	24.129.346	28.554.305
Subsídios	4.233.954	5.289.770
Outras remunerações	630.000	882.000
Remuneração dos empregados	**104.177.470**	**101.994.819**
Remuneração mensal	70.286.975	70.678.208
Remunerações adicionais	777.728	454.613
Subsídios	31.859.230	29.984.755
Outras remunerações	1.253.537	877.243
Encargos sociais obrigatórios	**13.242.446**	**12.665.988**
Providência Social	13.085.838	12.515.868
Seguro de acidentes de trabalho	156.608	150.120
Outros custos com pessoal	**4.672.369**	**977.371**
Total	**151.085.585**	**150.364.253**

O número efectivo de colaboradores encontra-se discriminado na Nota 34.

Os saldos com os elementos da Administração e Direcção do Banco encontram-se divulgados na Nota 38.

NOTA 12 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

A decomposição desta rubrica é a que se segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Gastos Gerais Administrativos		
Com fornecimentos de terceiros	**32.078.462**	**30.786.265**
Agua, Energia e combustível	24.916.167	22.959.099
Impressos e material consumo	4.962.821	5.161.638
Outros fornecimentos (materiais diversos)	2.199.474	2.665.528
Com serviços de terceiros	**180.551.767**	**193.605.614**
Rendas e alugueres	82.327.559	79.018.777
Comunicação e despesas de expedição	13.856.839	16.189.908
Deslocações, estadas e representação	11.520.460	16.783.803
Publicidade e edição	7.831.601	8.795.087
Conservação e reparação	10.583.303	10.594.170
Transportes	1.390.595	2.781.144
Formação de pessoal	413.393	2.946.858
Seguros	2.518.625	896.363
Serviços especializados	31.804.959	34.442.058
Outros serviços de terceiros	18.304.433	21.157.446
Total	**212.630.229**	**224.391.879**

NOTA 13 – IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os lucros apurados pelo Banco são tributados em Sede do IUR, e incide sobre os rendimentos obtidos, no período da tributação. O pagamento do imposto é efectuado com base na declaração do Mod.1B, e acompanhada da guia GP010, caso haja opção pela autoliquidação.

A declaração de impostos fica sujeita a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 5 anos contado a partir do exercício a que respeitam.

Tendo em conta que, relativamente ao exercício de 2012, foi apurado um resultado antes de impostos negativo de 124.406.822$00, o que se traduz igualmente na determinação de um lucro tributável negativo, não há obrigatoriedade de pagamento de imposto sobre lucros. Conforme referido na Nota 2.12, o prejuízo fiscal apurado poderá ser deduzido ao lucro tributável a apurar nos próximos três anos.

Refira-se ainda, que no exercício de 2012, tendo em conta as previsões do resultado fiscal para os próximos exercícios, procedeu-se a uma revisão do imposto diferido activo, registado no exercício anterior, tendo-se concluído que a esta data o valor adequado ascende a 18.538.519$00 (dezoito milhões, quinhentos e trinta e oito mil, quinhentos e dezanove escudos). Deste modo, procedeu-se a uma reversão no exercício do montante de 26.082.699$00.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o montante de activos por impostos diferidos não registados ascende a 57.195.790$00 e a 113.255.115$00 respectivamente.

NOTA 14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros do Banco decompõem-se conforme segue:

	31-Dez-12					
	Activos Financeiros detidos p/ negociação	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Activos disponíveis para venda	Outros Activos não financeiros	Total
Activo						
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais			479.936.206			479.936.206
Disponibilidades em OIC's no país			9.625.014			9.625.014
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro			353.935.532			353.935.532
Aplicações em IC			558.131.826			558.131.826
Crédito a clientes			3.866.989.958			3.866.989.958
Activos Financeiros Detidos para Negociação	1.831.072.299					1.831.072.299
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		502.044.855				502.044.855
Activos Financeiros disponiveis para venda				1.143.510		1.143.510
Outros Activos			232.068.801		713.728	232.782.529
Total	**1.831.072.299**	**502.044.855**	**5.500.687.337**	**1.143.510**	**713.728**	**7.835.661.729**

	31-Dez-12		
	Outros passivos financeiros	Outros Passivos não financeiros	Total
Passivo			
Recursos de Instituições Financeiras	4.581.223.253		4.581.223.253
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.415.428.993		2.415.428.993
Outros passivos subordinados	1.000.168.807		1.000.168.807
Outros Passivos	107.913.287		107.913.287
Total	**8.104.734.341**	**0**	**8.104.734.341**

	31-Dez-11					
	Activos Financeiros detidos p/ negociação	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Activos disponíveis para venda	Outros Activos não financeiros	Total
Activo						
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais			494.438.533			494.438.533
Disponibilidades em OIC's no país			23.232.106			23.232.106
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro			27.708.842			27.708.842
Aplicações em IC			1.894.153.908			1.894.153.908
Crédito a clientes			3.325.051.218			3.325.051.218
Activos Financeiros Detidos para Negociação	395.197.170					395.197.170
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		511.293.368				511.293.368
Activos Financeiros disponiveis para venda				1.143.510		1.143.510
Outros Activos			501.338.935		4.015.797	505.354.732
Total	**395.197.170**	**511.293.368**	**6.265.923.542**	**1.143.510**	**4.015.797**	**7.177.573.387**

	31-Dez-11		
	Outros passivos financeiros	Outros Passivos não financeiros	Total
Passivo			
Recursos de Instituções Financeiras	3.629.150.096		3.629.150.096
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.010.945.616		2.010.945.616
Outros passivos subordinados	999.706.779		999.706.779
Outros Passivos	112.375.532		112.375.532
Total	**6.752.178.023**	**0**	**6.752.178.023**

NOTA 15 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

	31-Dez-12	31-Dez-11
Caixa	145.295.762	140.219.800
Depósitos à ordem no Banco Central	334.640.444	354.218.732
Total	**479.936.206**	**494.438.533**

O saldo da rubrica Depósitos no Banco Central é constituído por depósitos à ordem em moeda nacional que visam satisfazer as exigências de reservas mínimas de caixa obrigatórias do Banco de Cabo Verde. Estes depósitos não são remunerados.

NOTA 16 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	31-Dez-12	31-Dez-11
Disponibilidades em Instituições de Crédito no País	**9.625.014**	**23.232.106**
Depósito à ordem em OIC	0	0
Cheques a cobrar	9.625.014	23.232.106
Disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito no estrangeiro	**353.935.532**	**27.708.842**
Depósitos à ordem, em outras instituições de credito	2.520.104	7.455.347
Cheques a cobrar, em outras instituições de credito	2.219.104	11.862.365
Depósitos à ordem, em sede e sucursais da própria instituição	349.196.324	8.391.129
Total Disponibilidades	**363.560.546**	**50.940.948**

As disponibilidades sobre outras IC no estrangeiro, representa basicamente os depósitos junto dos nossos correspondentes, a fim de satisfazer as operações relacionadas com transferências, trade finance, cartas de crédito e remessas documentárias.

NOTA 17 – ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	31-Dez-12		31-Dez-11	
Títulos	**Capital**	**Juros**	**Capital**	**Juros**
Instrumentos de dívida				
De dívida pública caboverdiana	1.588.274.641	18.515.949	123.282.301	1.794.002
De outros residentes	218.942.337	5.339.372	263.784.394	6.336.473
Total	**1.807.216.978**	**23.855.321**	**387.066.695**	**8.130.475**

A carteira de activos financeiros detidos para negociação a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é decomposta conforme se segue:

31-Dez-12

	Qt.	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Juros corridos	Justo Valor	Ajustamentos	%
Títulos de Dívida Pública							
Obrigações do Tesouro	157.162	1.571.620.000	1.571.620.000	18.515.949	1.588.274.641	16.654.641	87%
Sub-Total	**157.162**	**1.571.620.000**	**1.571.620.000**	**18.515.949**	**1.588.274.641**	**16.654.641**	**87%**
Títulos Corporativos							
IFH	49.959	49.959.000	49.959.000	1.517.852	50.579.086	620.086	3%
Tecnicil Indústria	15.872	15.872.000	15.872.000	224.853	15.533.577	-338.423	1%
Tecnicil Imobiliária	166.000	166.000.000	166.000.000	3.596.666	152.829.674	-13.170.326	9%
Sub-Total	**231.831**	**231.831.000**	**231.831.000**	**5.339.372**	**218.942.337**	**-12.888.663**	**13%**
Total	**388.993**	**1.803.451.000**	**1.803.451.000**	**23.855.321**	**1.807.216.978**	**3.765.978**	**100%**

31-Dez-11

	Qt.	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Juros corridos	Justo Valor	Ajustamentos	%
Títulos de Dívida Pública							
Obrigações do Tesouro	12.162	121.620.000	121.620.000	1.794.002	123.282.301	1.662.301	31%
Sub-Total	**12.162**	**121.620.000**	**121.620.000**	**1.794.002**	**123.282.301**	**1.662.301**	**31%**
Títulos Corporativos							
IFH	49.959	49.959.000	49.959.000	1.495.995	50.842.156	883.156	13%
Tecnicil Indústria	15.872	15.872.000	15.872.000	224.853	15.175.555	-696.445	4%
Tecnicil Imobiliária	211.000	211.000.000	211.000.000	4.615.625	197.766.684	-13.233.316	53%
Sub-Total	**276.831**	**276.831.000**	**276.831.000**	**6.336.473**	**263.784.394**	**-13.046.606**	**69%**
Total	**288.993**	**398.451.000**	**398.451.000**	**8.130.475**	**387.066.695**	**-11.384.305**	**100%**

Tendo em consideração que estes activos financeiros são transaccionados num mercado pouco líquido, o justo valor destes activos é determinado através de técnicas de valorização definidas internamente, baseadas em modelos de desconto de fluxos de caixa e utilizando informações de mercado para definição do *spread* a utilizar para cada operação (nível 3 de acordo com a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

NOTA 18 – OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados apresenta os seguintes valores:

	31-Dez-12		31-Dez-11	
Títulos	**Capital**	**Juros**	**Capital**	**Juros**
Instrumentos de dívida				
De outros residentes	469.617.413	32.427.443	497.137.881	14.155.487
Total	**469.617.413**	**32.427.443**	**497.137.881**	**14.155.487**

A carteira de activos financeiros ao justo valor através de resultados a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é constituída da seguinte forma:

31-Dez-12

	Qt.	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Juros corridos	Justo Valor	Ajustamentos	%
Títulos Corporativos							
CVFF	152.836	152.836.000	152.836.000	12.689.305	140.340.110	-12.495.890	30%
SOGEI	357.984	357.984.000	357.984.000	19.738.138	329.277.302	-28.706.698	70%
Total	**510.820**	**510.820.000**	**510.820.000**	**32.427.443**	**469.617.413**	**-41.202.587**	**100%**

31-Dez-11

	Qt.	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Juros corridos	Justo Valor	Ajustamentos	%
Títulos Corporativos							
CVFF	152.836	152.836.000	152.836.000	5.731.350	149.109.876	-3.726.124	30%
SOGEI	356.284	356.284.000	356.284.000	8.424.137	348.028.005	-8.255.995	70%
Total	**509.120**	**509.120.000**	**509.120.000**	**14.155.487**	**497.137.881**	**-11.982.119**	**100%**

Tendo em consideração que estes activos financeiros são transaccionados num mercado pouco líquido, o justo valor destes activos é determinado através de técnicas de valorização definidas internamente, baseadas em modelos de desconto de fluxos de caixa e utilizando informações de mercado para definição do *spread* a utilizar para cada operação (nível 3 de acordo com a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

NOTA 19 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica Activos financeiros disponíveis para venda apresenta a seguinte decomposição:

Participada	Sede	Actividade Económica	Moeda	Capital	% Participação	Valor da Participação em ECV
SWIFT	Belgium	Serviços Financeiros	EUR		0,00%	295.510
NOVAGEST, SA	Cabo Verde	Serviços Financeiros	CVE	8.000.000	10,00%	800.000
ENACOL, SA	Cabo Verde	Comercialização de combustíveis e lubrificantes	CVE	500.000.000	0,00%	48.000
Total						**1.143.510**

NOTA 20 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A decomposição da rubrica aplicações em instituições de crédito encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Aplicações em Instituições de Crédito no país		
No Banco Central	559.000.000	0
Em Outras IC's	0	1.879.372.000
Juros a receber	**0**	**14.781.908**
Juros com rendimento diferido	**-868.174**	**0**
Total	**558.131.826**	**1.894.153.908**

NOTA 21 – CRÉDITO A CLIENTES

A decomposição da rubrica crédito a clientes encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Empresas Vincendo:	**3.307.527.993**	**2.984.392.301**
Descoberto em depósitos à ordem	54.671.195	65.579.983
Crédito Automóvel	24.892.048	30.760.783
Conta Corrente Caucionada	280.621.706	1.034.681.063
Crédito à Construcão	274.529.018	163.104.751
Crédito Modernização e Expansão	24.734.912	35.371.691
Crédito Hipotecário	34.092.559	19.752.248
Crédito Turismo e a Restauracão	0	
Crédito Médio e Longo Prazo	2.610.095.344	1.630.453.872
Credito Habitação	3.891.211	4.687.911
Particulares Vincendo:	**411.003.848**	**254.438.503**
Descoberto em depósitos à ordem	3.456.708	7.591.361
Crédito Automóvel	36.122.389	24.261.265
Crédito Habitação	239.279.222	130.400.527
Conta Corrente Caucionada	0	
Crédito Construção	9.363.570	8.340.714
Crédito Medio e Longo Prazo	31.344.906	29.638.677
Crédito Pessoal	77.437.052	54.205.958
Crédito Hipotecário	14.000.000	

Empregados Vincendo:	**117.056.558**	**93.217.070**
Descoberto em depósitos à ordem	336	27.071
Crédito Automóvel	7.359.528	8.636.955
Crédito Habitação	89.990.221	67.405.349
Crédito Pessoal	19.706.473	17.147.695
Empresas Vencido:	**150.220.513**	**69.339.975**
Conta Corrente Caucionada	34.484.308	12.199.787
Crédito à Construção	3.676.800	3.676.800
Crédito Turismo e a Restauração	420.664	420.664
Crédito Médio e Longo Prazo	111.522.879	53.042.725
Crédito automóvel	115.862	
Particulares Vencido	**7.261.603**	**5.091.341**
Crédito Automóvel	746.384	121.246
Conta Corrente Caucionada	4.300.000	4.300.000
Crédito Pessoal	1.084.325	670.095
Crédito Habitação	1.130.894	
Sub-Total	**3.993.070.515**	**3.406.479.191**
Juros a receber	**21.169.404**	**15.937.859**
Receitas com rendimento diferido	**-20.516.419**	**-10.999.808**
Imparidade de crédito a clientes	**-126.733.542**	**-86.366.024**
Valor Liquido de Crédito a Clientes	**3.866.989.958**	**3.325.051.218**

A taxa média dos créditos vivos em 31 de Dezembro de 2012 é de 9,75% (9,68% em 2011).

O saldo da imparidade acumulada atingiu o montante de 126.733.542 (cento e vinte e seis milhões, setecentos e trinta e três mil, quinhentos e quarenta e dois escudos), o que representa 3,3% do total da carteira de crédito.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores do crédito foram os seguintes:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Saldo inicial	**86.366.024**	**52.000.000**
Dotações	40.367.518	34.366.024
Utilizações		
Reversões		
Saldo final	**126.733.542**	**86.366.024**

NOTA 22 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ A MATURIDADE

A decomposição da rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-12		31-Dez-11	
Títulos	**Capital**	**Juros**	**Capital**	**Juros**
Instrumentos de dívida				
De dívida pública caboverdiana	483.204.178	1.647.487	0	0
Total	**483.204.178**	**1.647.487**	**0**	**0**

31-Dez-12						
	Qt.	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Juros corridos	Valor de Balanço	%
Títulos de Dívida Pública						
Bilhetes do Tesouro	500.000	500.000.000	483.204.178	1.647.487	484.851.665	100%
Total	**500.000**	**500.000.000**	**483.204.178**	**1.647.487**	**484.851.665**	**100%**

NOTA 23 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

	31-Dez-12	31-Dez-11
Activos não correntes detidos para venda		
Activos tangíveis não correntes detidos para venda		
Imóveis	36.157.950	
Sub-total	**36.157.950**	**0**
Imparidade acumulada	-2.985.950,00	
Total	**33.172.000**	**0**

Em 31 de Dezembro de 2012 esta rubrica era composta por um imóvel transferido em 2012 da rubrica "Outros activos", e que o Banco perspectiva que seja transaccionado no curto prazo.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade foram os seguintes:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Saldo inicial	**0**	**0**
Dotações	2.985.950	
Utilizações		
Reversões		
Saldo final	**2.985.950**	**0**

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante o exercício de 2012 e o exercício de 2011 foi como segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Saldo inicial	**0**	**0**
Entradas		
Vendas		
Transferências	36.157.950	
Saldo final	**36.157.950**	**0**

NOTA 24 – ACTIVOS TANGÍVEIS

	31-Dez-12	31-Dez-11
Imóveis	**251.562.051**	**251.562.051**
Obras em imóveis arrendados	251.562.051	251.562.051
Equipamento:	**357.740.392**	**365.725.463**
Mobiliário e material	126.641.769	135.021.260
Maquinas e ferramentas	24.485.765	24.006.762
Equipamento informático	90.754.396	90.513.197
Instalações interiores	391.180	456.307
Veículos	54.632.655	54.962.655
Equipamento de segurança	52.879.537	52.879.537
Outro equipamento	6.063.043	5.993.698
Outros activos tangíveis	1.892.047	1.892.047
Activos tangíveis em curso	**4.879.858**	**4.879.858**
Sub-total	**614.182.301**	**622.167.372**
Depreciações Acumuladas	**258.428.554**	**182.972.599**
Total	**355.753.747**	**439.194.773**

Os movimentos nesta rubrica foram os seguintes:

	Imóveis e Equipamento	Activos tangíveis em curso	Total
Custo aquisição			
Saldo a 31/12/2010	**603.869.894**	**12.111.448**	**615.981.342**
Adições	26.262.676	115.944	26.378.620
Abates e/ou Alienações	-12.961.000		-12.961.000
Transferências			0
Outros movimentos		-7.231.590	-7.231.590
Saldo a 31/12/2011	**617.171.570**	**4.995.802**	**622.167.372**
Adições	3.074.166		3.074.166
Abates e/ou Alienações	-11.059.237		-11.059.237
Transferências			0
Outros movimentos			0
Saldo a 31/12/2012	**609.186.499**	**4.995.802**	**614.182.301**
Depreciações			0
Saldo a 31/12/2010	**105.333.617**	**0**	**105.333.617**
Adições	82.950.839		82.950.839
Abates e/ou Alienações	-5.311.857		-5.311.857
Transferências			0
Outros movimentos			0
Saldo a 31/12/2011	**182.972.599**	**0**	**182.972.599**
Adições	80.452.127		80.452.127
Abates e/ou Alienações	-4.996.172		-4.996.172
Transferências			0
Outros movimentos			0
Saldo a 31/12/2012	**258.428.554**	**0**	**258.428.554**
Saldo líquido a 31-Dez-2012	**350.757.945**	**4.995.802**	**355.753.747**
Saldo líquido a 31-Dez-2011	**434.198.971**	**4.995.802**	**439.194.773**

NOTA 25 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

	31-Dez-12	31-Dez-11
Sistema tratamento automático de dados	21.072.826	21.072.826
Outros activos intangíveis	4.696.000	4.696.000
Sub-Total	25.768.826	25.768.826
Depreciações Acumuladas	25.309.790	24.706.191
Total	**459.036**	**1.062.635**

Os movimentos nesta rubrica foram os seguintes:

	Sistema tratamento automático de dados	Outros activos intangíveis	Total
Custo aquisição			
Saldo a 31/12/2010	**19.881.089**	**4.696.000**	**24.577.089**
Adições	1.191.737		1.191.737
Saldo a 31/12/2011	**21.072.826**	**4.696.000**	**25.768.826**
Adições			-
Saldo a 31/12/2012	**21.072.826**	**4.696.000**	**25.768.826**
Depreciações			-
Saldo a 31/12/2010	**15.051.370**	**3.461.118**	**18.512.488**
Adições	4.958.821	1.234.882	6.193.703
Saldo a 31/12/2011	**20.010.191**	**4.696.000**	**24.706.191**
Adições	603.599		603.599
Saldo a 31/12/2012	**20.613.790**	**4.696.000**	**25.309.790**
Saldo líquido a 31-Dez-2012	**459.036**	-	**459.036**
Saldo líquido a 31-Dez-2011	**1.062.635**	-	**1.062.635**

NOTA 26 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

	31-Dez-12	31-Dez-11
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
Investimentos em empreendimentos conjuntos	180.096.683	
Sub-total	**180.096.683**	**0**
Imparidade acumulada	0	
Total	**180.096.683**	**0**

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo apresentado nesta rubrica, corresponde à entregas de capital, no âmbito de um Contrato de Associação em Participação para construção e venda de um empreendimento imobiliário. No exercício de 2012 este montante foi transferido da rubrica "Outros Activos" para esta rubrica.

NOTA 27 – ACTIVOS POR IMPOSTOS

	31-Dez-12	31-Dez-11
Activos por impostos correntes:	**6.915.963**	**5.255.257**
Impostos sobre o rendimento a recuperar	6.915.963	5.255.257
Activos por impostos diferidos:	**18.538.519**	**44.621.218**
Por prejuízos fiscais (Ver Nota 13)	18.538.519	44.621.218
Total	**25.454.482**	**49.876.475**

NOTA 28 – OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS

A decomposição da rubrica Outros Activos encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Outros Activos		
Devedores residentes	181.888.359	221.714.281
Devedores não residentes	133.880	84.645.421
Devedores aplicações diversas	2.495.500	2.495.500
Sector público administrativo	1.798.293	0
Outros activos	0	150.649.168
	186.316.032	**459.504.370**
Outros Rendimentos a Receber		
Por linhas de crédito irrevogáveis	47.130	77.534
Outros rendimentos a receber	420.715	0
	467.845	**77.534**
Despesas com encargo diferido		
Seguros	0	914.532
Outros	713.728	3.101.265
	713.728	**4.015.797**
Outras contas de regularização		
Operações activas a regularizar	0	0
Outras operações a regularizar	45.284.925	41.757.031
	45.284.925	**41.757.031**
Total de Outros Activos	**232.782.529**	**505.354.732**

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo apresentado na rubrica devedores residentes inclui, 177.724.466$00 e 219.510.482$00, respectivamente, referente ao valor das obras realizadas nas instalações onde o Banco se encontra provisoriamente sediado e laborando, por conta do proprietário do edifício, sobre o qual mensalmente são deduzidas as despesas de arrendamento.

Em 31 de Dezembro de 2012 e2011, o montante registado em outras operações a regularizar, diz respeito essencialmente a movimentos que são saldados no ano seguinte, nomeadamente a regularização do *stock* do economato e contas de compensação de cheque, transferências e operações Vinti4.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a decomposição da rubrica Outros Passivos encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Credores e Outros Recursos		
Operações de venda com acordo de recompra	19.249.967	19.229.562
Retenção imposto na fonte	7.976.294	9.975.880
Imposto sobre o valor acrescentado	53.209	901.591
Contribuição para a Providência Social	1.670.293	1.621.685
Cobrança por conta de terceiros	124.192	30.130
Fornecedores diversos	5.129.755	25.892.063
Outros credores	58.243.544	42.731.676
	92.447.254	**100.382.587**
Encargos a Pagar		
Por serviços bancários prestados por terceiros		822.806
Por gastos com o pessoal	4.256.814	5.640.359
Por gastos gerais administrativos	9.112.195	5.135.999
	13.369.009	**11.599.164**
Outras Contas de Regularização		
Outras operações a regularizar	2.097.024	393.781
	2.097.024	**393.781**
Total de Outros Passivos	**107.913.287**	**112.375.532**

O saldo apresentado na rubrica de Operações de venda com acordo de recompra, corresponde a Obrigações do Tesouro vendidas com acordo de recompra.

A retenção dos impostos a entregar ao Estado, refere-se essencialmente ao imposto sobre rendimentos de trabalho dependente, sobre rendimentos prediais e sobre rendimentos de capitais.

A contribuição para a providência social, corresponde à aplicação de uma taxa de 23% (15% por conta da entidade patronal e 8% da responsabilidade do empregado) sobre as remunerações liquidadas em Dezembro de 2012, a qual deverá ser entregue em Janeiro de 2013.

O saldo apresentado em Fornecedores diversos é resultante de aquisição de bens e serviços, cujas facturas aguardam liquidação, a qual deverá ocorrer nos primeiros meses de 2013.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo apresentado na conta Outros credores, refere-se essencialmente aos pagamentos efectuados pela Casa-Mãe por conta do BAICV e que serão reembolsados subsequentemente.

Os custos a pagar ao pessoal, são relativos às responsabilidades do Banco com a remuneração do mês de férias e o respectivo subsídio a que os empregados ganharam direito em 2012, e que serão pagos em 2013.

NOTA 29 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A decomposição desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Recursos de Instituições de Crédito no país	**0**	**10.000**
Depósitos à ordem	0	10.000
Recursos de Instituições de Crédito no estrangeiro	**4.554.977.190**	**3.611.761.400**
Depósitos à ordem	1.111.334.403	348.541.400
Depósitos à prazo	760.397.499	1.333.582.500
Empréstimos	2.683.245.288	1.929.637.500
Juros a pagar	**26.246.063**	**17.378.696**
Total Recursos de Outras IC's	**4.581.223.253**	**3.629.150.096**

Os depósitos a prazo são constituídos em moeda nacional e moeda estrangeira, e taxa de juro média de remuneração das operações vivas a 31 de Dezembro de 2012 ascende a 6,37% (3,69% em Dezembro de 2011). Os depósitos a ordem não são remunerados. Os empréstimos são constituídos em moeda estrangeira, e taxa de juro média de remuneração das operações vivas a 31 de Dezembro de 2012 ascende a 1,96% (2,94% em Dezembro de 2011).

NOTA 30 – RECURSOS DE CLIENTES

A decomposição desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Recursos do Sector Público Administrativo	**748.288**	**46.656**
Depósitos à ordem	748.288	46.656
Recursos de Residentes	**2.185.802.952**	**1.809.223.699**
Depósitos à ordem	1.250.953.327	955.731.130
Depósitos a prazo	899.704.062	787.466.141
Outros recursos de clientes (cheques e ordens a pagar)	35.145.563	66.026.428
Recursos de Emigrantes	**115.573.015**	**66.085.654**
Depósitos à ordem	30.822.805	32.662.361
Depósitos a prazo	84.750.210	33.423.293
Recursos de Não Residentes	**97.237.822**	**118.599.134**
Depósitos à ordem	53.559.925	53.833.840
Depósitos a prazo	43.677.897	64.765.294
Juros a pagar	**16.066.916**	**16.990.473**
Total de Recursos de Clientes	**2.415.428.993**	**2.010.945.616**

Os depósitos a prazo são constituídos em moeda nacional e moeda estrangeira, e as taxas de juro remuneratória das operações vivas a 31de Dezembro de 2012 ascende a 4,13% (4,14% em 31 de Dezembro de 2011).

NOTA 31 – PROVISÕES

	Provisões p/contingências fiscais	Provisões p/encargos com benefícios aos empregados	Provisões p/garantias e compromissos assumidos	Outras provisões	Total
Saldo a 31/12/2010			**1.041.279**		**1.041.279**
Adições					
Utilizações					
Transferências					
Outros movimentos					
Saldo a 31/12/2011			**1.041.279**		**1.041.279**
Adições					
Utilizações					
Transferências					
Reversões		-	1.041.279	-	1.041.279
Saldo a 31/12/2012			-		-

No exercício de 2012, foi efectuada a reversão da provisão constituída para fazer face a garantias e compromissos assumidos, no montante de 1.041.279$00.

NOTA 32 – OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

31-Dez-12

	Data de emissão	Valor Nominal	Juros	Despesas incrementais	Valor balanço (custo amortizado)	Taxa Juros	Maturidade
Obrigações subordinadas	2010	1.000.000.000	2.294.430	-2.125.623	1.000.168.807	5,90%	2.016
Total		**1.000.000.000**	**2.294.430**	**-2.125.623**	**1.000.168.807**		

31-Dez-11

	Data de emissão	Valor Nominal	Juros	Despesas incrementais	Valor balanço (custo amortizado)	Taxa Juros	Maturidade
Obrigações subordinadas	2010	1.000.000.000	2.294.431	-2.587.652	999.706.779	5,90%	2.016
Total		**1.000.000.000**	**2.294.431**	**-2.587.652**	**999.706.779**		

Os passivos subordinados correspondem ao empréstimo obrigacionista emitido pelo BAICV durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

NOTA 33 – CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, existiam os seguintes saldos relativos a contas extra-patrimoniais:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales à residentes	253.450.693	138.742.533
Créditos documentários abertos à residentes	43.702.012	47.799.878
	297.152.706	**186.542.411**
Compromissos perante terceiros		
Linha de crédito irrevogáveis à residentes	321.326.716	287.652.232
	321.326.716	**287.652.232**
Responsabilidades por prestações de serviços		
Depósito e guarda de valores - Títulos desmaterializados	2.692.142.832	2.649.026.166
	2.692.142.832	**2.649.026.166**
Garantias Reais		
Activos recebidos em garantias	4.525.608.480	843.875.860
	4.525.608.480	**843.875.860**
Outras contas extrapatrimoniais		
Juros vencidos	24.220.063	3.177.617
	24.220.063	**3.177.617**
Total	**7.860.450.797**	**3.970.274.286**

NOTA 34 – EFECTIVOS DE TRABALHADORES

O efectivo de trabalhadores durante os exercícios de 2012 e 2011, distribuído pelas seguintes categoriais profissionais foi o seguinte:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Conselho de Administração	5	5
Direcção	11	9
Secretariado/Enquadramento	2	1
Técnicos	57	50
Outras funções	4	4
Total	**79**	**69**

NOTA 35 – CAPITAL

A estrutura accionista do Banco no final de 2012 e 2011 era a seguinte:

	%	Nº Acções	31-12-2012	31-12-2011
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	73,39	1.467.800	1.467.800.000	1.467.800.000
Sonangol Cabo Verde – Sociedade de Investimentos, S.A.	19,00	380.000	380.000.000	380.000.000
SOGEI – Sociedade de Gestão de Investimentos, SA	7,61	152.200	152.200.000	152.200.000
Total	**100,00**	**2.000.000**	**2.000.000.000**	**2.000.000.000**

Nenhum dos membros dos órgãos sociais detém participação no capital do Banco.

O capital é constituído por 2.000.000 de acções de valor nominal de 1.000$00 (mil escudos cabo-verdianos) cada, totalmente realizado.

NOTA 36 – RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-12-2012	31-12-2011
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
de activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de capital	-7.116	-7.116
Total	**-7.116**	**-7.116**

O saldo apresentado na rubrica Reservas de reavaliação, no valor de 7.116 (sete mil cento e dezasseis escudos) corresponde às menos valias potenciais da carteira de activos financeiros disponíveis para venda, não apresentando qualquer alteração face a 31 de Dezembro de 2011.

NOTA 37 – OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-12-2012	31-12-2011
Outras reservas e resultados transitados	-1.037.927.342	-689.720.350
Total	**-1.037.927.342**	**-689.720.350**

A 31 de Dezembro de 2012, o saldo apresentado na rubrica Outras reservas e resultados transitados, no valor de -1.037.927.342 escudos cabo-verdianos diz respeito, aos resultados negativos transitados dos exercícios anteriores.

NOTA 38 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos, a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, das transacções verificadas com partes relacionadas resumem-se aos seguintes:

	31-Dez-12		31-Dez-11	
Activo	**Grupo BAI**	**Outras entidades relacionadas**	**Grupo BAI**	**Outras entidades relacionadas**
Disponibilidades em OIC's	349.196.324	0	8.391.129	0
Crédito	0	208.590.392	0	229.539.475
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	357.984.000	0	348.028.005
Juros a receber	0	23.003.564	0	15.123.669
Outros activos	0	177.998.166	8.856.573	293.261.657
Passivos				
Recursos de Outras Instituições de Credito	3.475.655.997	1.078.990.813	2.701.090.986	910.666.385
Recursos de Clientes	0	62.642.557	0	122.900.118
Outros passivos subordinados	436.510.000	259.510.000	436.510.000	259.510.000
Juros a pagar	27.442.871	595.431	18.656.239	2.339.353
Outros passivos	58.243.544	0	42.731.676	6.480.000
Proveitos				
Juros e Rendimentos Similares	0	31.015.848	153.703	43.204.173
Custos				
Gastos Gerais Administrativos	0	46.428.907	0	47.388.907
Juros e Encargos Similares	143.795.548	17.616.945	95.358.251	23.981.105

Extra-patrimoniais				
Garantias e Avales	0	47.799.878	0	47.799.878
Créditos documentários abertos	0	37.553.717	0	66.159.000
Títulos depositados	696.463.000	1.154.574.000	696.463.000	1.069.574.000

Apresenta-se em resumo a seguir os saldos a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 referentes as transacções ocorridas com membros do Conselho de Administração e Direcção do Banco:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Activos		
Crédito a Clientes	**40.628.445**	**22.509.977**
Administração	0	0
Direcção	40.628.445	22.509.977
Juros a receber	**16.601**	**16.161**
Administração	0	0
Direcção	16.601	16.161
Passivos		
Recursos de Clientes	**11.217.271**	**9.795.388**
Administração	9.492.460	7.284.715
Direcção	1.724.811	2.510.673
Outros passivos subordinados	**7.535.000**	**9.795.388**
Administração	7.535.000	7.535.000
Direcção	0	0
Juros a pagar	**12.009**	**4.992**
Administração	17.289	21.131
Direcção	-5.280	1.150
Rendimentos		
Juros e Rendimentos Similares	**1.183.107**	**692.961**
Administração	0	0
Direcção	1.183.107	692.961
Gastos		
Juros e Encargos Similares	**509.067**	**11.917**
Administração	502.943	6.151
Direcção	6.125	5.766
Extra-patrimoniais		
Títulos depositados	**7.792.000**	**7.790.000**
Administração	7.595.000	7.595.000
Direcção	197.000	195.000

NOTA 39 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As contas do Banco são consolidadas pelo Banco Angolano de Investimentos, S.A., através do método integral. As contas do Banco Angolano de Investimentos, S.A., podem ser obtidas directamente na sua sede na Rua Major Kanhangulo n.º 34, Luanda, Angola.

16. Parecer do Auditor Externo

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Ao Conselho de Administração
do Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A. ("Banco" ou "BAICV"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, que evidencia um total de mCve. 8.915.449 e um capital próprio de mCve. 810.715, incluindo um resultado líquido negativo de mCve. 151.350, as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada como base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

Deloitte refers to one or more of Deloitte Touche Tohmatsu, a Swiss Verein, and its network of member firms, each of which is a legally separate and independent entity.
Please see www.deloitte.com/about for a detailed description of the legal structure of Deloitte Touche Tohmatsu and its member firms.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 211
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso 61 - 13º, 4150-146 Porto

Member of Deloitte Touche Tohmatsu

Bases para a Opinião com Reservas

6. Em 31 de Dezembro de 2012 a carteira de crédito e títulos do Banco engloba um conjunto de activos que apresentam indícios de imparidade, incluindo prestações vencidas de capital e/ou juros. O Banco tem em curso diversas medidas com vista à recuperação desses créditos, incluindo o reforço de garantias reais. No entanto, atendendo a que parte desses créditos não se encontram integralmente cobertos pelas garantias existentes e que em algumas situações o Banco não dispõe de avaliações actualizadas, estimamos que a imparidade registada em 31 de Dezembro de 2012 devesse ser reforçada por um montante mínimo de 120.000 mCve. Esta quantificação poderá ainda variar em função da actualização das avaliações dos imóveis recebidos em garantia que venham a ser obtidas.

Opinião

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 6 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A., em 31 de Dezembro de 2012, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Ênfase

8. As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2011, apresentadas para efeitos comparativos, foram examinadas por outros auditores, cujo Relatório de Auditoria datado de 13 de Abril de 2012 não contém reservas.

Lisboa, 19 de Abril de 2013

Deloitte

Deloitte & Associados, SROC S.A.

17. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exercício de 2012

Senhores Acionistas,

1. Em conformidade com a legislação em vigor, designadamente ao estipulado no artigo 446º do Código das Empresas Comerciais e as disposições estatutárias do BAICV – Banco Angolano de Investimentos de Cabo Verde, o Conselho Fiscal submete à Assembleia Geral de Acionistas, o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas do BAICV à 31 de Dezembro de 2012.

2. Ao longo deste exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Banco, quer através da análise das Demonstrações Financeiras, do *Tableau Bord*, das actas, bem como pelo cumprimento dos preceitos legais e estatutários aplicáveis.

3. Das reuniões realizadas e dos contatos com o Conselho de Administração e das diversas estruturas do Banco, temos obtido as informações e os esclarecimentos que consideramos necessários, e nada tendo observado em contrário às práticas de gestão geralmente aceites e que pudessem constituir de alguma forma um incumprimento deliberado das disposições legais e estatutárias.

4. Interagimos com a Auditoria Externa, no sentido de partilhar informações e inteirar dos trabalhos de ambas as partes. Tomamos conhecimento da opinião expressa do seu parecer, do qual constam uma reserva e por isso recomendamos o Conselho de Administração maior prudência no cálculo das imparidades.

5. No âmbito das nossas funções, o Conselho Fiscal examinou as Demonstrações Financeiras e os respetivos anexos e procedemos a análise do Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o qual satisfaz no fundamental, os requisitos legais da sua elaboração, conforme artigo 164º do Código das Empresas Comerciais e permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco e que as mesmas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, normas estabelecidas para o sector

e os princípios contabilísticos geralmente aceites, permitindo compreender a situação do BAICV e as perspetivas da sua evolução.

6. No final do exercício, o BAICV apresentou na Demonstração de Resultados, um Resultado Líquido negativo de 151.350.540$00 e no Balanço apresentou um total do ativo líquido de 8.915.449.343$00, um total do passivo líquido de 8.104.734.341$00 e os Capitais Próprios de 810.715.002$00, que inclui os Resultados Líquidos negativos transitados dos anos anteriores e do exercício.

7. Face ao exposto, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e das demais Estruturas do Banco, bem como das conclusões constantes do Relatório de Auditoria Externa, e salvaguardando o exposto no ponto 4 acima, o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão, podem ser aprovados, pela Assembleia Geral de Acionistas.

8. Finalmente, desejamos expressar os nossos agradecimentos ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do BAI com quem contatámos, pela valiosa colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Praia, 20 de Abril de 2013

O Conselho Fiscal



António Oliveira



Luis Neves



Margarida Carvalho